



BARÓMETRO CENTRO DE PORTUGAL



setembro
2017

CENTRO **20**
20



Apresentação

Síntese

Indicador global de avaliação

Fichas de análise

Crescimento e Competitividade

Potencial Humano

Qualidade de Vida

Coesão

Sustentabilidade Ambiental e Energética

Nota: A configuração territorial da Região Centro, em que a região integra 100 municípios, é a definida no regulamento (EU) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, estando os limites territoriais das NUTS III estabelecidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A informação deste barómetro encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>

Apresentação

O Barómetro do Centro de Portugal tem como objetivo monitorizar o progresso alcançado pela Região Centro, em alinhamento com a estratégia definida no Plano de Ação Regional para o período 2014-2020. Incorpora cinco dimensões de análise consideradas relevantes:

1. Crescimento e Competitividade
2. Potencial Humano
3. Qualidade de Vida
4. Coesão
5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

Este sistema de monitorização contempla um conjunto de indicadores-chave com algumas metas definidas, que serão objeto de acompanhamento periódico, permitindo identificar tendências, lacunas de progresso e eventuais ações corretivas e preventivas a desenvolver.

Dentro destas cinco dimensões de análise desenvolveu-se uma bateria de 25 indicadores, permitindo concertar as energias e focalizar os esforços de todos na obtenção de resultados concretos em torno destes mesmos indicadores, considerados prioritários igualmente no que se refere à afetação de recursos orientada para resultados. Cada um destes indicadores resulta numa ficha de análise da sua evolução, sendo atualizada sempre que nova informação é disponibilizada.

Para além desta perspetiva temática, o Barómetro do Centro de Portugal terá ainda como objetivo acompanhar a evolução da região numa perspetiva global do sucesso regional. Deste modo, é calculado um indicador global de avaliação da Região Centro que permite uma leitura sintética e imediata do seu comportamento relativo face às restantes regiões portuguesas. Os resultados do indicador global encontram-se desagregados pelas cinco dimensões de análise. A sua atualização é feita anualmente.

A lista das fichas de análise agrupadas por dimensões e respetivas subdimensões é então a seguinte:

Crescimento e Competitividade

Internacionalização

1. Exportações de bens
2. Investimento direto estrangeiro

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

3. Investimento em Investigação e Desenvolvimento
4. Regional Innovation Scoreboard

Dinâmica Empresarial

6. Empresas gazela
7. Criação líquida de empresas

Criação de Valor e Produtividade

8. Produto Interno Bruto
9. Produtividade do trabalho

Potencial Humano

Educação e Formação

10. Abandono escolar precoce
11. População jovem com formação superior
12. Resultados de exames nacionais

Formação de Ativos

13. Formação ao longo da vida

População e Emprego

14. População residente
15. Taxa de desemprego
16. Taxa de desemprego jovem

Qualidade de Vida

17. Satisfação dos residentes
18. Produto Interno Bruto por habitante

Coesão

Coesão Social

19. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
20. Distribuição do rendimento

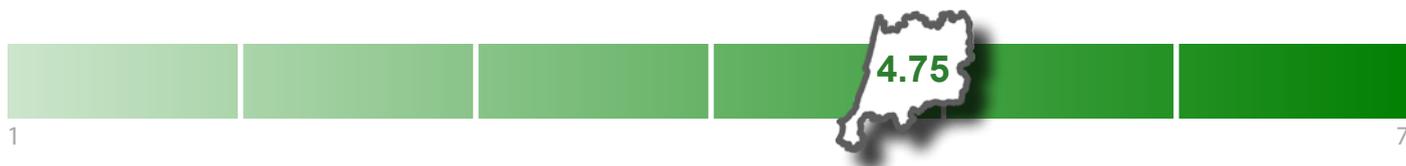
Coesão Territorial

21. Dispersão da variação populacional
22. Dispersão do rendimento familiar

Sustentabilidade Ambiental e Energética

23. Energias renováveis
24. Emissão de gases com efeito estufa
25. Eficiência energética

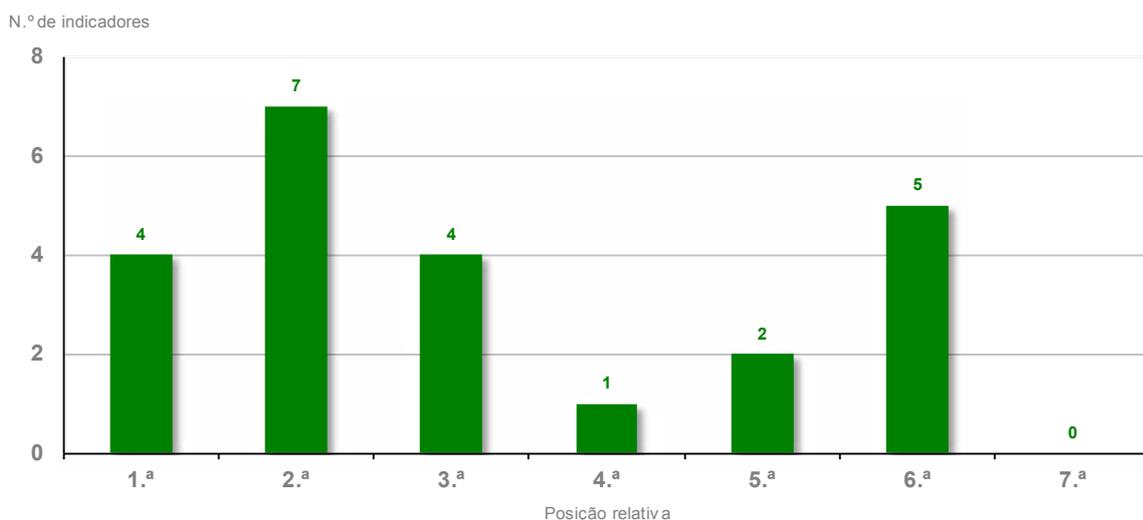
Indicador global de avaliação



Dimensões do indicador global de avaliação



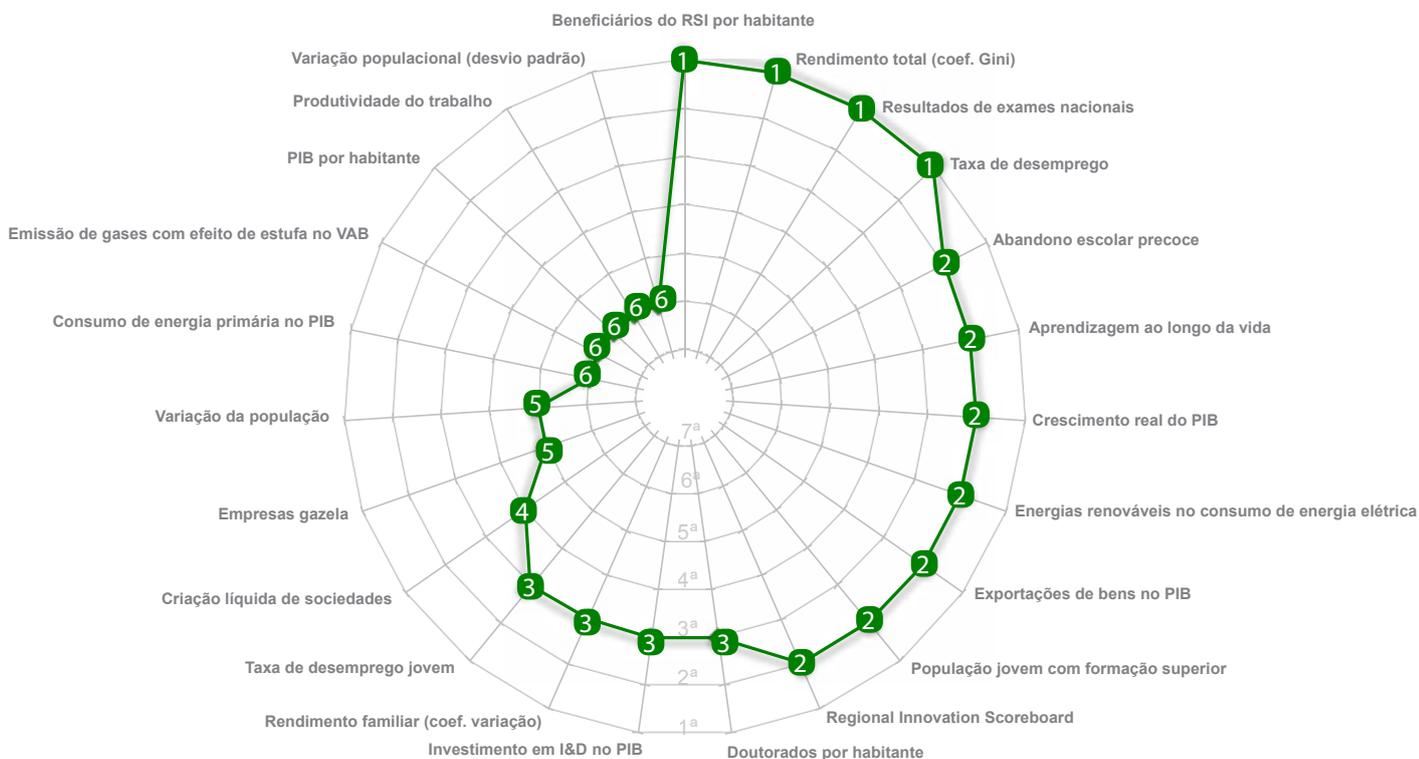
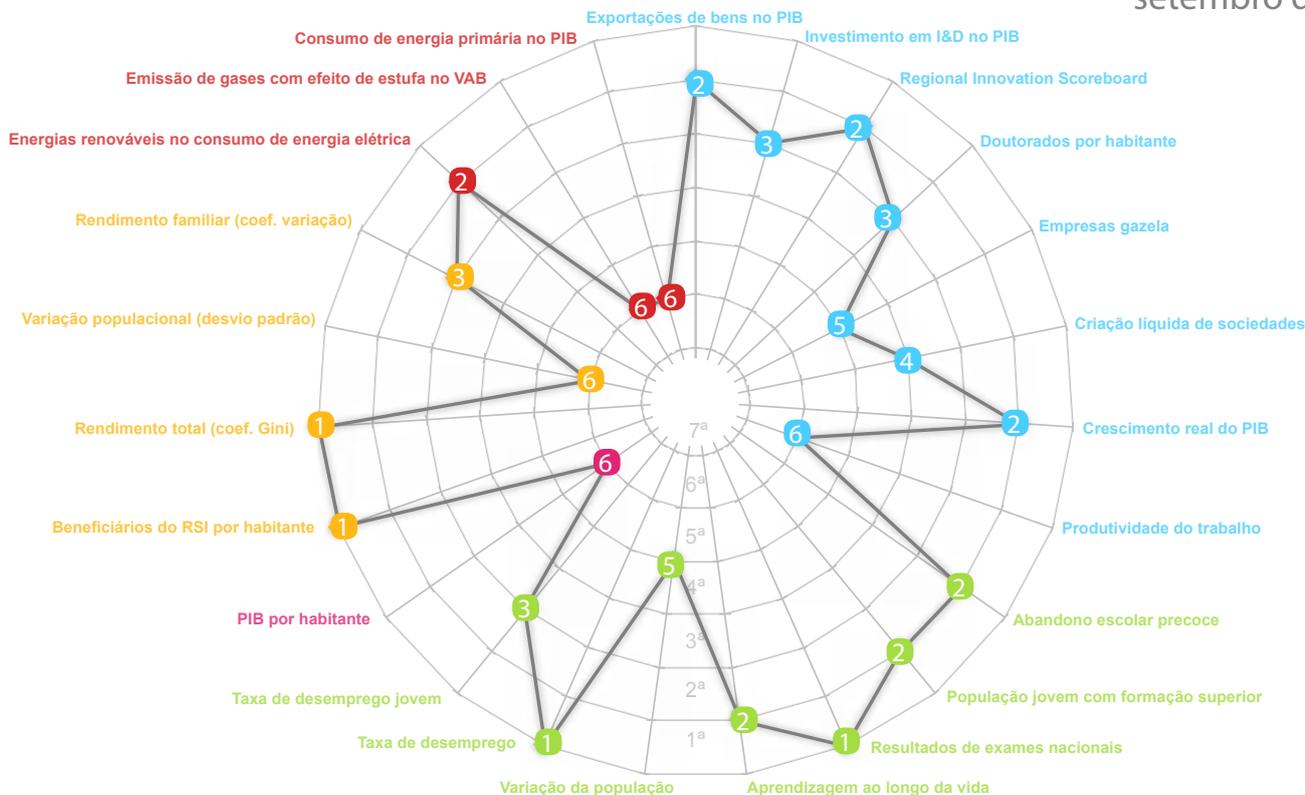
Posicionamento da Região Centro face às restantes regiões NUTS II (número de indicadores em cada posição relativa)



Nota: Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

Indicadores segundo o posicionamento da Região Centro face às restantes regiões NUTS II (ordenação por dimensão e por posição relativa)

setembro de 2017





Indicador global de avaliação



Indicador global de avaliação

dezembro de 2016

Indicador global de avaliação e suas dimensões

	Indicador global	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
2016	4,75	4,04	5,67	2,59	5,81	5,10
2015	5,00	4,46	5,83	2,64	6,06	5,12
2014	4,67	3,96	5,14	2,68	6,32	5,28
2013	4,78	4,22	5,04	3,93	6,18	4,84
2012	5,09	4,66	5,75	4,05	6,17	4,33
2011	4,52	3,44	5,31	4,04	5,90	4,75

Pontuação dos indicadores que integram o indicador global de avaliação da Região Centro e respetivas ponderações do Conselho Regional

Indicadores	2016	2015	2014	2013	2012	2011	Ponderações
Exportações de bens no PIB	5,6	5,6	5,7	5,7	5,6	6,1	8,7
Crescimento do IDE	1,0	7,0	1,0	1,0	5,5	1,0	9,2
Investimento em I&D no PIB	5,8	5,2	5,2	4,5	3,9	3,7	8,4
Regional Innovation Scoreboard	5,4	5,0	5,0	6,0	6,0	6,0	7,4
Doutorados por 1.000 habitantes	5,2	5,3	4,8	4,2	3,7	3,3	6,6
Empresas gazela	3,0	1,0	1,0	5,9	5,9	5,9	7,0
Criação líquida de sociedades	4,3	4,1	4,9	5,5	4,7	1,0	7,7
Crescimento real do PIB	5,3	5,0	7,0	5,1	5,7	3,6	8,4
Produtividade do trabalho	1,3	1,3	1,2	1,0	1,0	1,0	8,4
Abandono escolar precoce	6,4	7,0	7,0	7,0	7,0	5,5	7,6
População jovem com formação superior	3,3	4,4	3,9	3,4	3,4	1,8	7,8
Resultados de exames nacionais	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9
Aprendizagem ao longo da vida	3,8	4,7	5,1	5,1	6,6	7,0	7,6
Variação da população	5,0	3,5	1,0	1,1	3,8	1,7	7,8
Taxa de desemprego	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	8,8
Taxa de desemprego jovem	7,0	5,3	5,0	4,9	5,7	7,0	9,1
Indicador de satisfação dos residentes	4,0	4,0	4,0	7,0	7,0	7,0	8,1
PIB por habitante	1,3	1,4	1,5	1,1	1,3	1,3	8,6
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,2
Rendimento total (coeficiente de Gini)	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	7,0
Variação populacional (desvio padrão)	4,3	5,1	6,2	5,8	5,8	4,7	6,8
Rendimento familiar (coeficiente de variação)	5,9	6,1	6,1	5,9	5,9	5,9	6,8
Energias renováveis no consumo de energia elétrica	4,8	4,8	6,0	5,1	4,4	5,1	7,4
Emissão de gases com efeito estufa no VAB	5,3	5,3	5,3	5,3	4,6	5,1	6,8
Consumo de energia primária no PIB	5,2	5,3	4,5	4,2	4,1	4,1	7,5

Posições relativas das regiões NUTS II no indicador global de avaliação, por dimensões

	Indicador global*	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
Norte	3 ^a	2 ^a	3 ^a	7 ^a	4 ^a	1 ^a
CENTRO	2^a	3^a	2^a	6^a	2^a	5^a
AM Lisboa	1 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a	7 ^a	6 ^a
Alentejo	5 ^a	5 ^a	5 ^a	5 ^a	1 ^a	7 ^a
Algarve	4 ^a	6 ^a	4 ^a	2 ^a	3 ^a	2 ^a
Açores	6 ^a	4 ^a	7 ^a	4 ^a	5 ^a	3 ^a
Madeira	7 ^a	7 ^a	6 ^a	3 ^a	6 ^a	4 ^a

*Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

Indicador global de avaliação

Nota Metodológica

O Indicador Global de Avaliação da Região Centro foi calculado com base na matriz dos 25 indicadores que integram o Barómetro. Para além deste índice sintético, são também disponibilizados valores agregados para cada uma das suas cinco dimensões: crescimento e competitividade, potencial humano, qualidade de vida, coesão e sustentabilidade ambiental e energética.

O cálculo destes seis indicadores sintéticos (indicador global de avaliação e cinco indicadores por dimensão) partiu da atribuição de pontuações ao posicionamento que a Região Centro assumia face às restantes regiões do país. A cada um dos indicadores do barómetro foi atribuída uma pontuação de 1 a 7 por interpolação linear considerando os valores máximo e mínimo registados pelas regiões NUTS II por indicador: 7 no caso da região ser a melhor, 1 no caso da região ter o pior desempenho, sendo as posições intermédias as que resultam desta interpolação. No caso de dois indicadores específicos ("crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes"), em que apenas se possuía informação para a Região Centro e Portugal, foi calculado o valor da região em percentagem da média nacional e seguidamente convertido numa pontuação também de 1 a 7:

Região Centro como % da média nacional	< 80%	80% - 90%	90% - 100%	100%	100% - 110%	110% - 120%	>120%
Pontuação	1	2	3	3,5	4	5,5	7

Posteriormente, as pontuações de todos os indicadores foram ponderadas pela importância que o Conselho Regional atribuiu a cada um deles, obtendo-se um índice global que permite avaliar o desempenho da região. Este procedimento foi replicado para cada uma das cinco dimensões do barómetro.



Fichas de análise



Exportações de bens na Região Centro entre 2004 e 2016



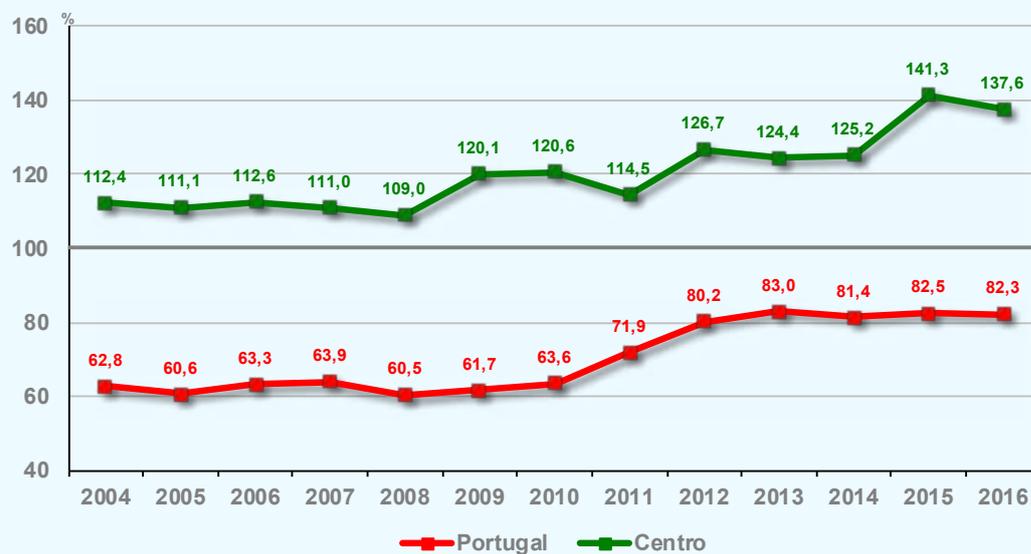
Peso das exportações de bens no PIB na Região Centro entre 2004 e 2015



Peso das exportações de bens da Região Centro no total nacional entre 2004 e 2016



Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens entre 2004 e 2016



jul 2017

Proporção de bens de alta tecnologia em exportações na Região Centro entre 2004 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	Exportações de bens, 2016 (milhões €)	Peso das exportações de bens no PIB, 2015 (%)	Peso das exportações de bens no total nacional, 2016 (%)	Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens, 2016 (%)	Proporção de bens de alta tecnologia em exportações, 2016 (%)
Portugal	50.314	27,7	100,0	82,3	4,4
Norte	20.510	36,5	40,8	140,2	4,5
CENTRO	11.118	32,3	22,1	137,6	1,6
AM Lisboa	12.919	21,3	25,7	42,4	7,2
Alentejo	2.973	26,0	5,9	134,4	2,8
Algarve	162	1,9	0,3	61,0	4,6
Açores	84	2,7	0,2	58,6	7,2
Madeira	96	2,7	0,2	78,8	6,8

Em 2016, as exportações de bens da Região Centro ascendiam a 11,1 mil milhões de euros, o valor mais elevado do período em análise, bem como o maior peso da região no país, passando a representar 22,1% do total nacional. As exportações de bens superam largamente as importações de bens (137,6%), tendo-se obtido, em 2016, uma das mais elevadas taxas de cobertura regional desde 2004. Por contraste, em Portugal predominam as importações de bens (82,3%). Desde 2009 que o peso das exportações de bens no produto interno bruto (PIB) regional tem vindo a aumentar, tendo atingido, em 2015, o valor máximo da série (32,3%). Em 2016, apenas 1,6% das exportações da Região Centro respeitavam a bens de alta tecnologia, valor aquém da média nacional (4,4%) e o mais baixo dos últimos anos.

Fonte: INE (exportações/importações – dados anuais definitivos de 2004 a 2015 e preliminares de 2016, disponibilizados em maio de 2017 e extraídos pela CCDRC em julho de 2017; PIB (base 2011) – dados anuais definitivos de 2004 a 2014 e preliminares de 2015, disponibilizados em dezembro de 2016 e extraídos pela CCDRC em janeiro de 2017).

Notas:

- 1) A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador.
- 2) O valor de Portugal das exportações de bens inclui a componente Extra-Regio.

Peso das exportações no PIB = Exportações de bens/PIB x 100

Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens = Exportações de bens/Importações de bens x 100

Proporção de bens de alta tecnologia em exportações = Exportações de bens de alta tecnologia/Total de exportações de bens x 100

Investimento direto estrangeiro (IDE) na Região Centro entre 2006 e 2016 (posições no fim de período)



Peso do IDE da Região Centro no total nacional entre 2006 e 2016 (posições no fim de período)



Investimento direto estrangeiro na Região Centro entre 2006 e 2016 (transações)



Posições de IDE em fim de período

	Região Centro			Portugal	
	Valor (milhões €)	Taxa de cresci- mento (%)	Peso no total nacional (%)	Valor (milhões €)	Taxa de cresci- mento (%)
2016	3.101	4,80	2,77	112.146	4,43
2015	2.959	3,78	2,76	107.384	8,48
2014	2.851	20,46	2,88	98.988	9,32
2013	2.367	34,08	2,61	90.547	4,27
2012	1.765	-8,49	2,03	86.837	8,29
2011	1.929	-11,48	2,41	80.192	-6,82
2010	2.179	-1,61	2,53	86.060	4,80
2009	2.215	2,11	2,70	82.118	8,31
2008	2.169	17,34	2,86	75.814	-6,75
2007	1.849	352,77	2,27	81.300	19,51
2006	408	-	0,60	68.030	-

jul 2017

Transações de IDE

	Região Centro			Portugal			% total nacional		
	Saldo	Investi- mento	Desinvesti- mento	Saldo	Investi- mento	Desinvesti- mento	Saldo	Investi- mento	Desinvesti- mento
	milhões €			milhões €					
2016	149	984	835	5.483	24.389	18.907	2,7	5,2	3,4
2015	107	1.042	935	6.251	35.678	29.427	1,7	2,9	3,2
2014	144	1.016	872	2.243	27.972	25.728	6,4	3,6	3,4
2013	94	566	472	2.035	16.773	14.738	4,6	3,4	3,2
2012	46	1.470	1.423	6.903	41.454	34.551	0,7	3,5	4,1
2011	132	1.247	1.114	5.343	39.004	33.660	2,5	3,2	3,3
2010	84	1.020	936	1.830	37.546	35.716	4,6	2,7	2,6
2009	-403	628	1.031	1.160	29.947	28.787	-34,8	2,1	3,6
2008	198	985	788	2.423	29.340	26.917	8,2	3,4	2,9
2007	-71	953	1.024	2.101	26.057	23.957	-3,4	3,7	4,3
2006	156	1.475	1.319	8.445	29.526	21.081	1,8	5,0	6,3

A posição de IDE na Região Centro aumentou nos últimos quatro anos, após uma queda acentuada em 2012, tendo atingido os 3,1 mil milhões de euros em 2016, o que corresponde a 2,77% do IDE recebido pela economia nacional.

As transações de IDE na região em cada ano (que têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro) apresentam um comportamento bastante oscilatório. O valor máximo das transações captadas pela região ocorreu em 2008 (198 milhões de euros). No entanto, o desempenho recente tem sido positivo, destacando-se o valor registado na Região Centro, em 2016, de 149 milhões de euros.

jul 2017

Fonte: Banco de Portugal (dados não publicados recebidos pela CCDRC; informação disponível em junho de 2017).

IDE: Investimento Direto Estrangeiro

Notas:

- 1) A afetação geográfica é efetuada com base na morada fiscal da sede da empresa, pelo que, dependendo da forma como o grupo está organizado, a afetação do IDE pode não identificar a região na qual o investimento é efetivamente realizado.
- 2) A variação das posições em fim de período resulta das transações do período e de outros ajustamentos (cambiais, de preço e outros).
- 3) Os dados de 2013 a 2015 foram revistos.

Posições em fim de período: As posições de IDE em fim de período referem-se ao investimento acumulado no final de cada ano.

Transações: As transações referem-se ao investimento líquido, ou seja, têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro ao longo do ano.

Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro entre 2003 e 2014



Peso do investimento em I&D no PIB na Região Centro entre 2003 e 2014



Peso do investimento em I&D da Região Centro no total nacional entre 2003 e 2014



jan 2017



Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região Centro entre 2003 e 2014



Posicionamento da Região Centro

	Investimento em I&D, 2014 (milhares €)	Peso do investimento em I&D no PIB, 2014 (%)	Peso do investimento em I&D no total nacional, 2014 (%)	Proporção do investimento em I&D do setor privado, 2014 (%)
Portugal	2.232.249	1,29	100,0	48,1
Norte	683.248	1,35	30,6	52,6
CENTRO	438.960	1,35	19,7	48,8
AM Lisboa	1.000.394	1,58	44,8	46,8
Alentejo	52.564	0,47	2,4	46,1
Algarve	29.294	0,39	1,3	13,3
Açores	13.029	0,35	0,6	5,6
Madeira	14.761	0,36	0,7	26,4

Em 2014, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro era de 439 milhões de euros, o que representava 19,7% da despesa nacional em I&D. Estes são os valores mais elevados dos últimos anos. O peso do investimento em I&D no produto interno bruto (PIB) também aumentou na região face aos anos anteriores, situando-se acima da média do país (1,35%). No entanto, este valor continua muito aquém da meta estabelecida para 2020 de 3%. A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado, em 2014, situou-se nos 48,8%, superando, de igual modo, a média nacional.

Fonte: INE/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2016 e extraídos pela CCDRC em janeiro de 2017).

Notas:

- 1) A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.
- 2) Em 2008 deu-se uma quebra na série decorrente do processo de articulação da informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) com o sistema de monitorização dos docentes do ensino superior (REBIDES), passando a quantificar-se no Setor Ensino Superior a atividade de I&D desenvolvida pelos docentes não reportados pelos centros de I&D.
- 3) Quando se analisa a despesa em I&D por setor de execução, há que considerar que em 2013 ocorreu uma nova quebra de série devido à reclassificação setorial de algumas Instituições Privadas sem fins Lucrativos no sector do Ensino Superior.

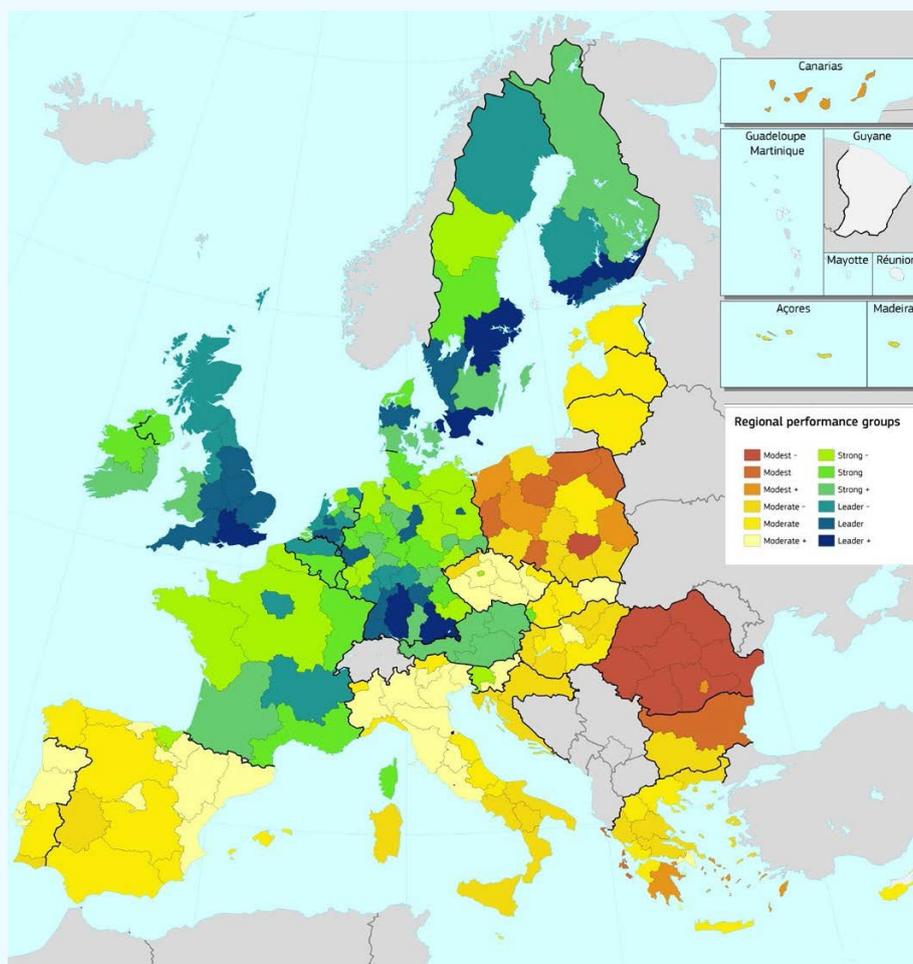
Peso do investimento em I&D no PIB = Despesa em I&D/PIB x 100

Proporção do investimento em I&D do setor privado = Despesa em I&D executada pelas empresas e pelas instituições privadas sem fins lucrativos/Despesa em I&D total x 100

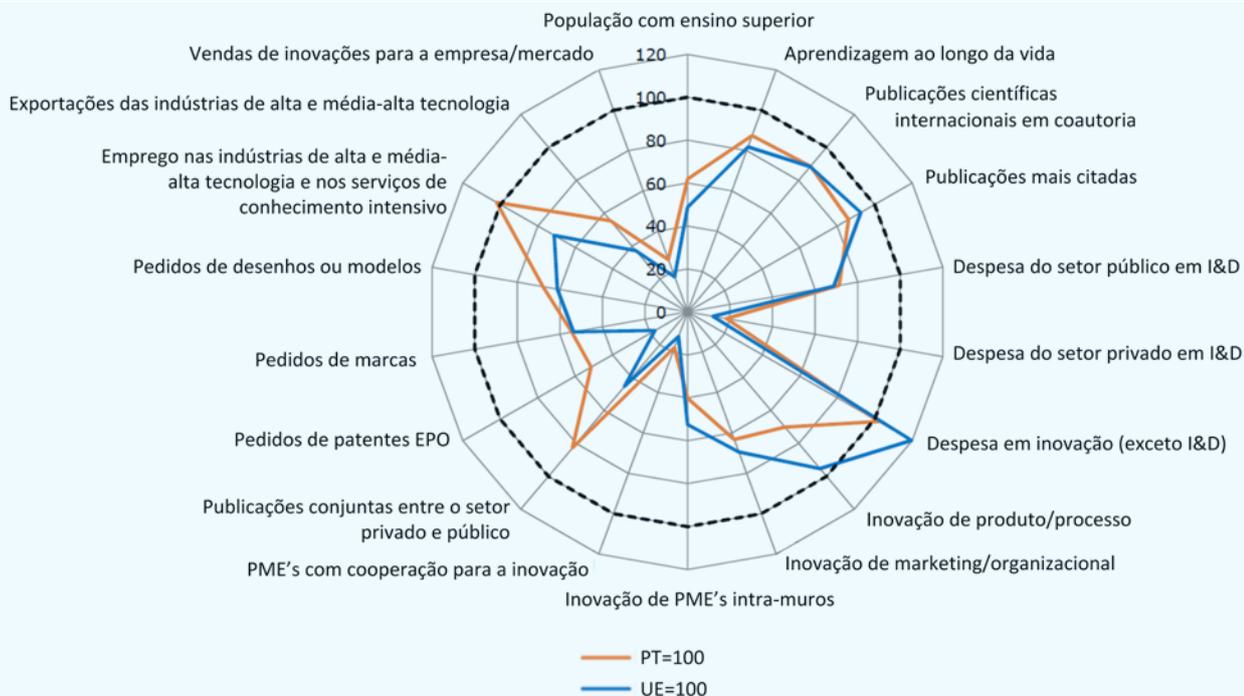
Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* em Portugal

<i>Regional Innovation Scoreboard 2017</i>			
	Categoria	% média europeia	Posição (220 regiões)
Portugal	Inovador moderado	-	-
Norte	Inovador moderado +	79,6	126
CENTRO	Inovador moderado +	85,0	121
AM Lisboa	Inovador moderado +	88,2	116
Alentejo	Inovador moderado	68,4	149
Algarve	Inovador moderado -	53,5	184
Açores	Inovador moderado -	52,9	188
Madeira	Inovador moderado -	55,0	182

Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* na União Europeia



Posição relativa da Região Centro face à União Europeia e a Portugal nos indicadores do *Regional Innovation Scoreboard*



Desempenho da Região Centro entre 2009 e 2017 face à média da União Europeia em 2011 no *Regional Innovation Scoreboard*



Segundo a edição de 2017 do *Regional Innovation Scoreboard*, que introduziu alterações metodológicas face às versões anteriores, a Região Centro foi classificada, nesse ano, como inovador moderado (terceiro grupo de desempenho em matéria de inovação), sendo que dentro deste é considerada inovador moderado + (o melhor nesta categoria). O Centro apresenta-se como a segunda região portuguesa com melhor desempenho em termos de inovação, mas inferior à média da União Europeia em 2017 (85,0%). No total das 220 regiões europeias localiza-se na 121ª posição, enquanto que no grupo das 85 regiões inovadoras moderadas encontra-se na oitava posição. Para este posicionamento contribuiu o seu bom desempenho relativo em variáveis como a despesa das empresas em inovação, a proporção de PME's com inovação intra-muros ou a proporção de PME's com inovação de produto/processo.

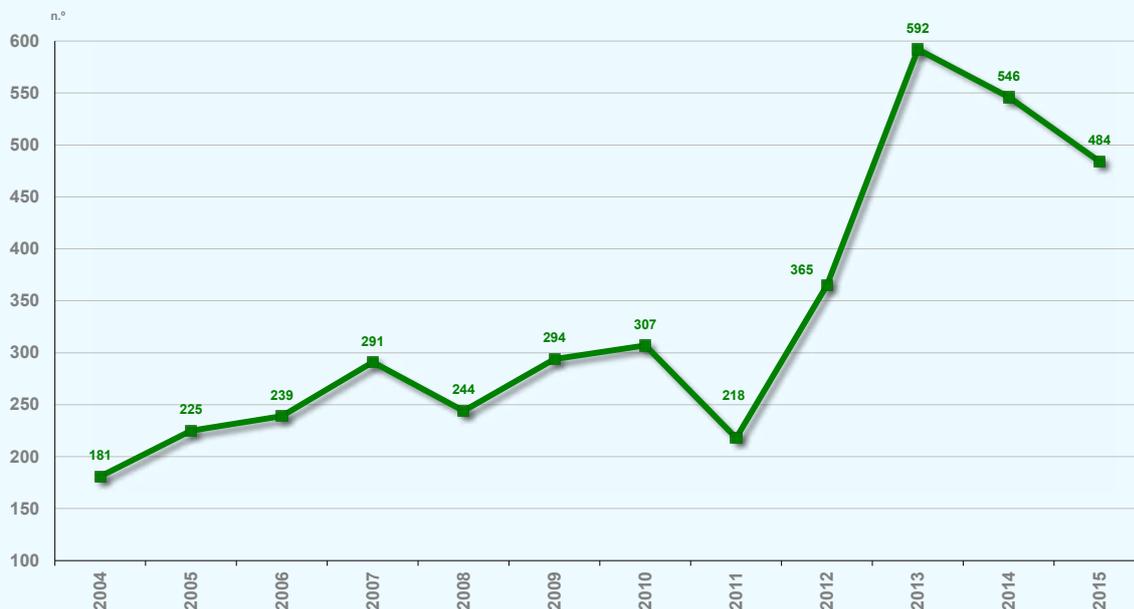
Tendo por base os níveis de inovação de 2011 (ano base considerado neste estudo para uma análise evolutiva), verifica-se que o desempenho da Região Centro diminuiu ao longo do tempo. No entanto, nos últimos anos tem-se registado uma aproximação aos valores de 2011.

set 2017

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard* 2017 (dados extraídos da publicação).

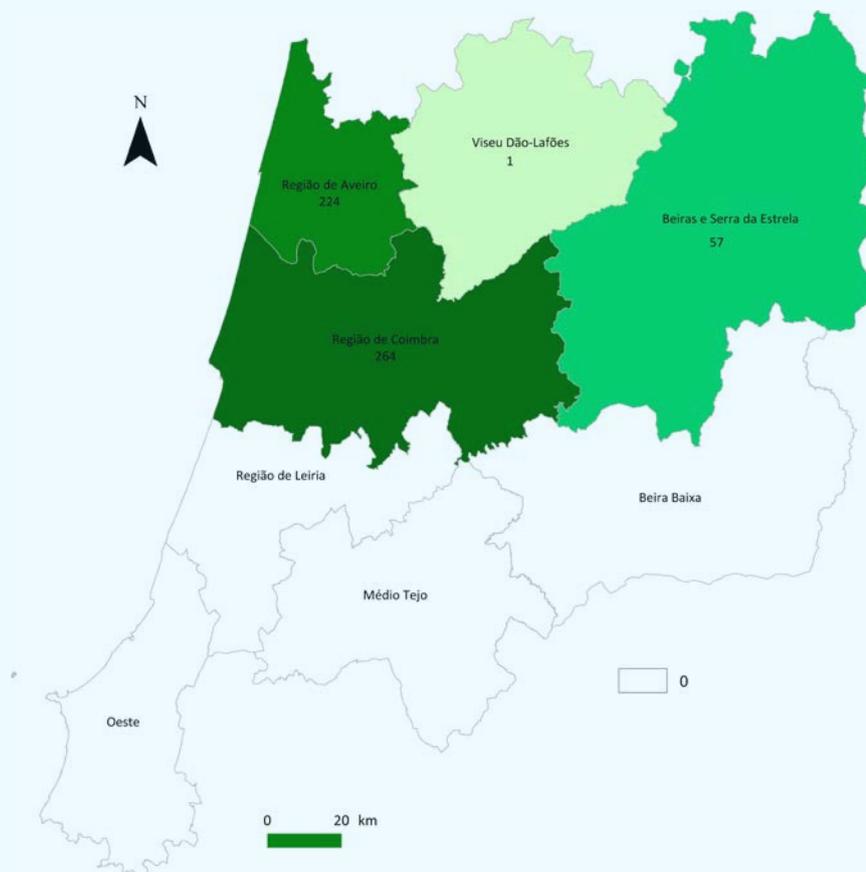
Nota: O *Regional Innovation Scoreboard* (RIS) é um indicador produzido pela Comissão Europeia que permite uma comparação do desempenho em termos de inovação das várias regiões europeias. Estes dados abrangem 220 regiões dos 22 estados-membros da União Europeia, classificando-as em quatro grupos: inovador líder (*“innovation leader”*), inovador forte (*“strong innovation”*), inovador moderado (*“moderate innovator”*) e inovador modesto (*“modest innovator”*). O RIS 2017 divide ainda cada um deste grupos de desempenho em três subgrupos, de modo a permitir maior diversidade regional: as regiões posicionadas no terço superior (assinaladas com um “+”), no terço médio e no terço inferior (assinaladas com um “-”).

Doutorados por ano nas instituições de ensino superior da Região Centro entre 2004 e 2015

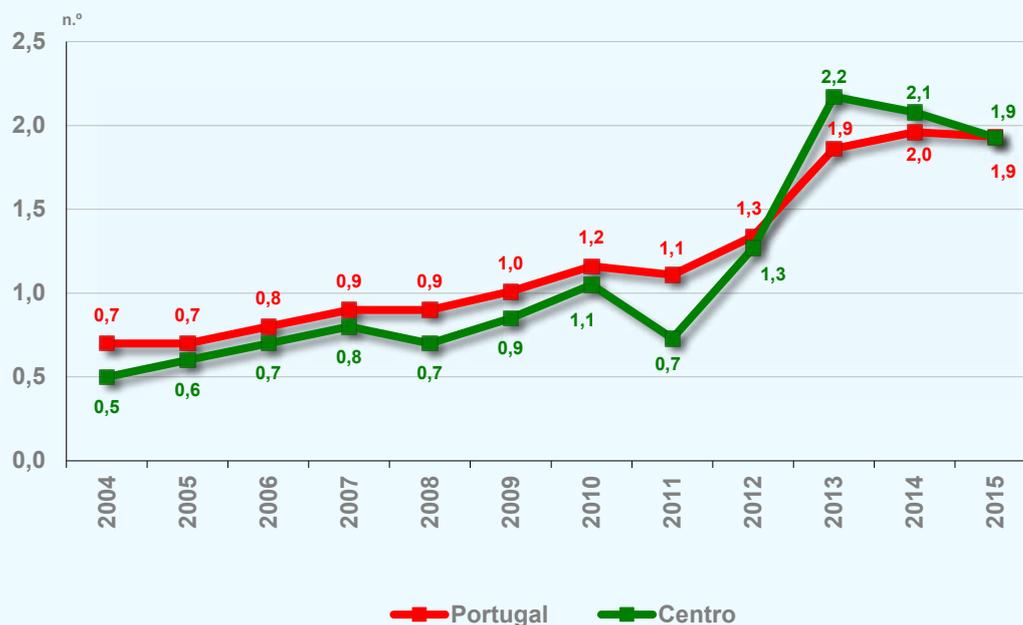


nov 2016

Doutorados por ano nas instituições de ensino superior da Região Centro, 2015



Doutorados por 1.000 habitantes nas instituições de ensino superior da Região Centro e de Portugal entre 2004 e 2015



nov 2016

Posicionamento da Região Centro

Doutorados por ano nas instituições de ensino superior, 2015			
	n.º	% do total nacional	n.º por 1.000 habitantes
Portugal	2 351	100,0	1,9
Norte	849	36,1	2,0
CENTRO	484	20,6	1,9
AM Lisboa	884	37,6	2,7
Alentejo	69	2,9	0,9
Algarve	47	2,0	0,9
Açores	9	0,4	0,2
Madeira	9	0,4	0,3

Em 2015, foram concluídos ou reconhecidos 484 doutoramentos nas instituições de ensino superior da Região Centro, representando 20,6% do total do país. Este número ficou abaixo do ano anterior mas manteve-se em num limiar muito acima dos valores de novos doutorados registados até 2012. Em termos sub-regionais, existiram doutoramentos na Região de Coimbra, na Região de Aveiro e nas Beiras e Serra da Estrela, o que resulta da localização das três universidades da região (Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro e Universidade da Beira Interior, respetivamente). Destaca-se ainda o alinhamento da região com a média nacional no indicador doutorados por 1.000 habitantes.

Fonte: INE/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em novembro de 2016).

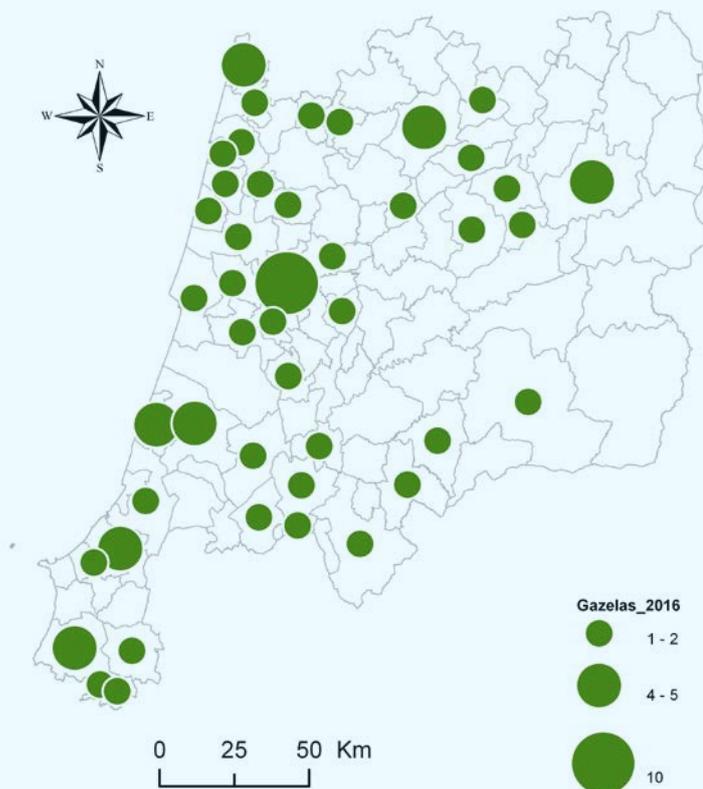
Doutorados por 1.000 habitantes = (Doutorados do ensino superior/População residente entre os 25 e 34 anos) x 1.000

Distribuição das 87 empresas gazela de 2016 na Região Centro por atividade económica

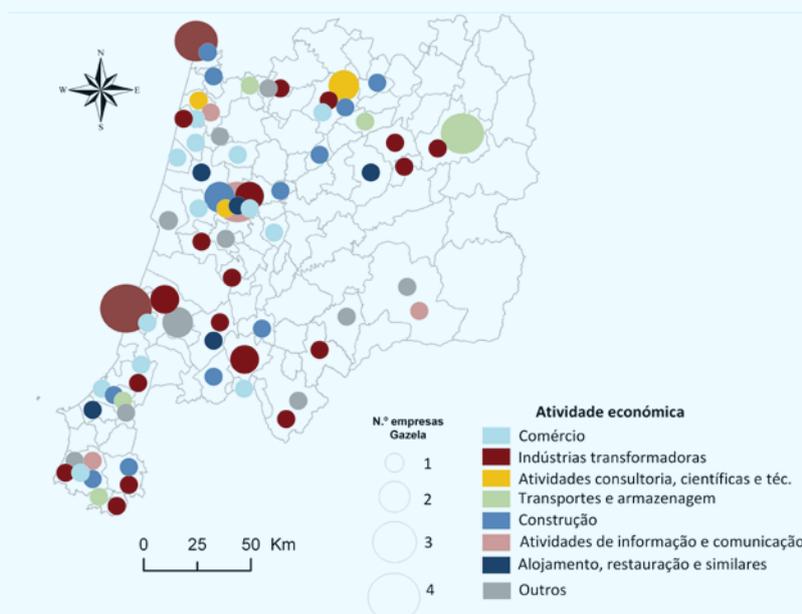
Atividades Económicas	Total (N.º)	Peso no total (%)
Indústrias transformadoras	28	32,2
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	13	14,9
Construção	13	14,9
Transportes e armazenagem	7	8,0
Atividades de informação e de comunicação	6	6,9
Alojamento, restauração e similares	5	5,7
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4	4,6
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3	3,4
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2	2,3
Atividades imobiliárias	2	2,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2	2,3
Indústrias extrativas	1	1,1
Outras atividades	1	1,1
TOTAL	87	100,0

Distribuição geográfica das 87 empresas gazela de 2016 na Região Centro

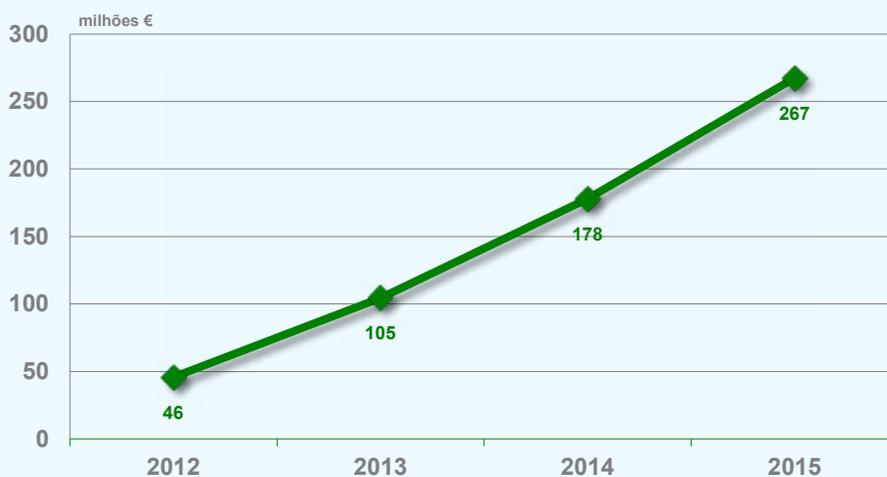
Meta = 100 empresas gazela



Distribuição geográfica das 87 empresas gazela de 2016 na Região Centro por atividade económica



Desempenho económico das 87 empresas gazela de 2016 na Região Centro em termos de volume de negócios



Desempenho económico das 87 empresas gazela de 2016 na Região Centro em termos de emprego



maio 2017

Posicionamento da Região Centro

Sociedades jovens de elevado crescimento (gazelas), 2015			
	n.º	% do total nacional	% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas
Portugal	402	100,0	0,97
Norte	185	46,0	1,11
CENTRO	66	16,4	0,78
AM Lisboa	110	27,4	1,00
Alentejo	15	3,7	0,71
Algarve	13	3,2	0,71
Açores	6	1,5	0,83
Madeira	7	1,7	0,83

Segundo informação apurada pela CCDRC, na Região Centro, em 2016, existiam 87 empresas gazela. Em termos de distribuição geográfica, repartiam-se por 45 dos 100 municípios da região, sendo que em 28 municípios existia apenas uma empresa gazela. O maior número de empresas gazela da região situava-se em Coimbra (10), seguindo-se os municípios da Marinha Grande (5), Torres Vedras (5), Viseu (5), Caldas da Rainha (4), Guarda (4), Leiria (4) e Ovar (4). Cerca de 62% das empresas gazela da Região Centro encontravam-se concentradas em três setores de atividade económica: indústria transformadora (32,2%), comércio (14,9%) e construção (14,9%). O volume de negócios destas empresas cresceu de forma muito significativa entre 2012 e 2015, passando de 46 milhões de euros para 267 milhões de euros (485%), comprovando que, mesmo em anos de maiores constrangimentos, conseguem afirmar a sua competitividade e serem bem sucedidas. Estas empresas são igualmente geradoras de um volume muito relevante de emprego, pois mais do que triplicaram a quantidade de colaboradores entre 2012 e 2015, empregando neste último ano 2.294 trabalhadores.

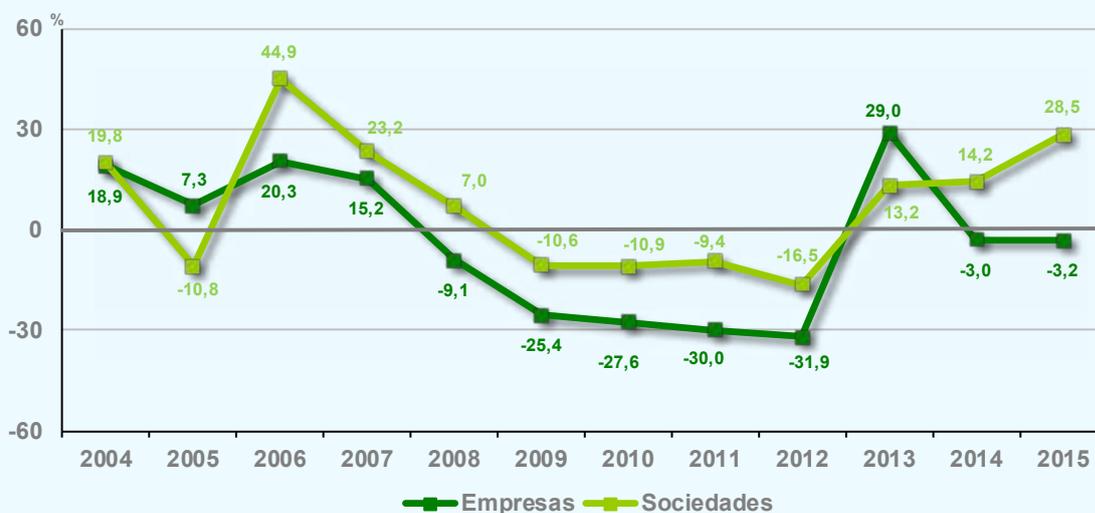
Segundo informação do INE, as sociedades jovens de elevado crescimento da Região Centro ascendiam a 66 em 2015, representando 16,4% do total nacional.

Fonte: Empresas gazela - cálculos próprios a partir da IGNIOS (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2016); sociedades jovens de elevado crescimento (gazela) – INE (dados anuais extraídos da publicação “Empresas em Portugal – 2015”).

Empresa gazela: O conceito de empresa gazela assumido internacionalmente corresponde a empresas jovens e com elevados ritmos de crescimento, sustentados ao longo do tempo. Foram assim identificadas pela CCDRC, a partir de dados da IGNIOS, as empresas que cumulativamente: tinham sede na região Centro; apresentavam crescimentos do volume de negócios superiores a 20% ao ano em 2013, 2014 e 2015; empregavam pelo menos 10 trabalhadores em 2015; possuíam faturação igual ou superior a 500 mil euros em 2015 e nasceram a partir de 2007.

Sociedade jovem de elevado crescimento (gazela): Sociedade até 5 anos de idade com um crescimento médio anual superior a 10% ao longo de um período de 3 anos (o crescimento médio anual é medido em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas).

Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro entre 2004 e 2015



jul 2017

Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro face ao valor do país (Região Centro – Portugal) entre 2004 e 2015



Nascimentos e mortes de sociedades na Região Centro entre 2004 e 2015



Posicionamento da Região Centro

jul 2017

	Taxa líquida de criação de empresas, 2015		Nascimentos de empresas, 2015		Mortes de empresas, 2015	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	2,2	0,0	181.840	100,0	177.890	100,0
Norte	-3,7	-5,9	56.000	30,8	58.096	32,7
CENTRO	-3,2	-5,3	36.586	20,1	37.739	21,2
AM Lisboa	8,7	6,6	57.109	31,4	52.124	29,3
Alentejo	-4,5	-6,7	11.609	6,4	12.134	6,8
Algarve	23,1	20,9	12.941	7,1	9.954	5,6
Açores	-7,2	-9,3	3.675	2,0	3.938	2,2
Madeira	0,4	-1,8	3.920	2,2	3.905	2,2

	Taxa líquida de criação de sociedades, 2015		Nascimentos de sociedades, 2015		Mortes de sociedades, 2015	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	28,2	0,0	35.202	100,0	25.264	100,0
Norte	33,7	5,5	12.169	34,6	8.065	31,9
CENTRO	28,5	0,3	6.279	17,8	4.490	17,8
AM Lisboa	23,9	-4,4	11.683	33,2	8.893	35,2
Alentejo	35,7	7,4	2.038	5,8	1.311	5,2
Algarve	20,0	-8,3	1.772	5,0	1.418	5,6
Açores	52,2	24,0	536	1,5	256	1,0
Madeira	-14,6	-42,9	725	2,1	831	3,3

A taxa líquida de criação de empresas na Região Centro, em 2015, era negativa (-3,2%), contrariamente à média nacional (2,2%), mantendo-se a tendência verificada desde 2008 e que apenas tinha sido interrompida em 2013. Cerca de um quinto dos nascimentos e das mortes de empresas no país eram de empresas da região.

Já nas sociedades da Região Centro, em 2015, a taxa líquida de criação de sociedades era positiva e, após aumentos sucessivos, atingiu os 28,5%, ultrapassando finalmente a média nacional (28,2%). A Região Centro absorvia 17,8% dos nascimentos e das mortes de sociedades do país.

jul 2017

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (dados anuais, disponibilizados em março de 2017 e extraídos pela CCDRC em julho de 2017).

Nota: Os dados relativos a mortes de empresas e de sociedades de 2014 são provisórios e os de 2015 são estimativas.

Taxa líquida de criação de empresas em % das empresas nascidas = $(\text{Nascimentos de empresas} - \text{Mortes de empresas}) / \text{Nascimentos de empresas} \times 100$

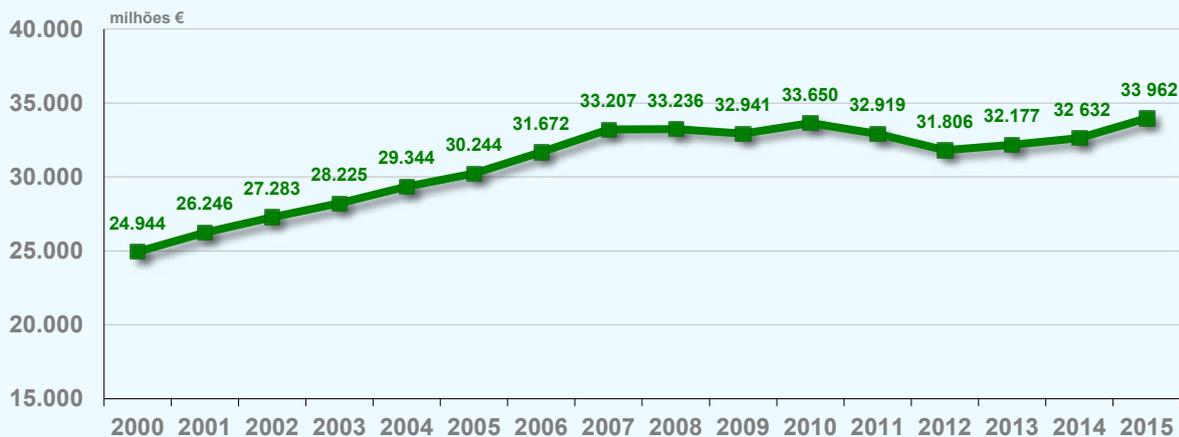
Taxa líquida de criação de sociedades em % das sociedades nascidas = $(\text{Nascimentos de sociedades} - \text{Mortes de sociedades}) / \text{Nascimentos de sociedades} \times 100$

Taxa líquida de criação de empresas face ao valor do país = Taxa líquida de criação de empresas da unidade territorial - Taxa líquida de criação de empresas do país

Taxa líquida de criação de sociedades face ao valor do país = Taxa líquida de criação de sociedades da unidade territorial - Taxa líquida de criação de sociedades do país

p.p.: Pontos percentuais

Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes na Região Centro entre 2000 e 2015



Peso do PIB da Região Centro no total nacional a preços correntes entre 2000 e 2015



Taxa de crescimento real do PIB na Região Centro entre 2001 e 2015



Crescimento real do PIB na Região Centro face ao país (Região Centro – Portugal) entre 2001 e 2015



Posicionamento da Região Centro

	PIB a preços correntes, 2015 (milhões €)	Peso do PIB no total nacional, 2015 (%)	Taxa de crescimento real do PIB, 2015 (%)	Crescimento real do PIB face ao país (Região - País), 2015 (p.p.)
Portugal	179.540	100,0	1,6	0,0
Norte	52.926	29,5	1,9	0,3
CENTRO	33.962	18,9	1,9	0,3
AM Lisboa	65.344	36,4	1,2	-0,4
Alentejo	11.465	6,4	1,4	-0,2
Algarve	7.856	4,4	2,7	1,1
Açores	3.785	2,1	1,7	0,1
Madeira	4.159	2,3	-0,1	-1,7

jan 2017

crescimento e competitividade

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Centro ascendia a 34 mil milhões de euros, o valor mais elevado dos últimos 15 anos. Também a taxa de crescimento real do PIB atingiu o máximo dos últimos anos, superando em 2015 a média nacional. O PIB regional representa 18,9% do total nacional, sendo a terceira região a nível nacional e mantendo a importância relativa dos três anos anteriores.

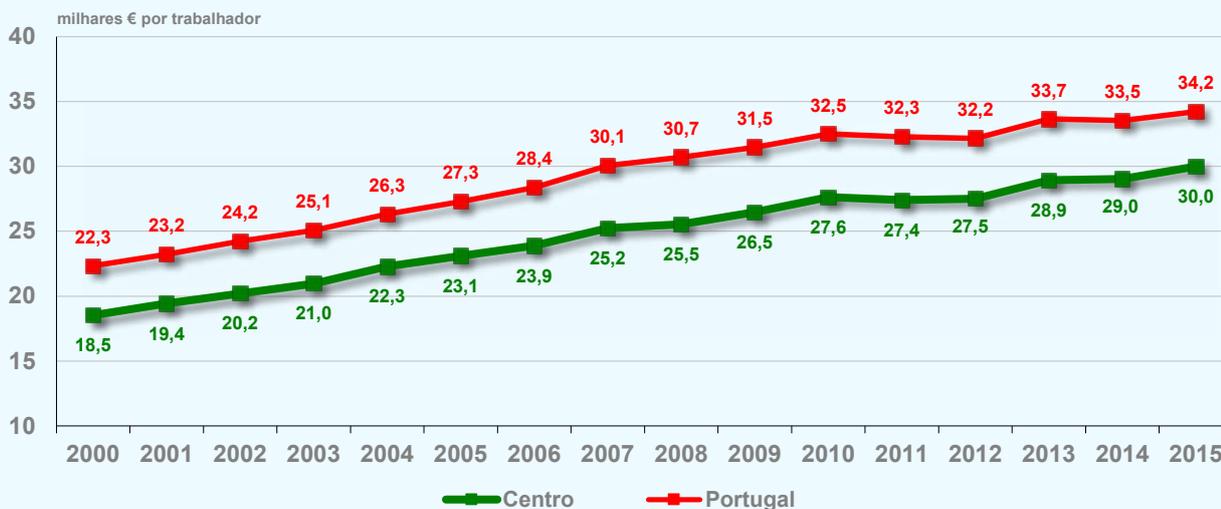
Fonte: INE (dados anuais definitivos de 1995 a 2014 e preliminares 2015, disponibilizados em dezembro de 2016 e extraídos pela CCDRC em janeiro de 2017).

Taxa de crescimento real do PIB (taxa de variação em volume) = $(\text{PIB do ano } n - \text{PIB do ano } n-1) / (\text{PIB do ano } n-1) \times 100$, com PIB avaliado a preços do ano $n-1$

Crescimento real do PIB da Região Centro face ao país = Taxa de crescimento real do PIB da Região Centro – Taxa de crescimento real do PIB de Portugal

p.p. – Pontos percentuais

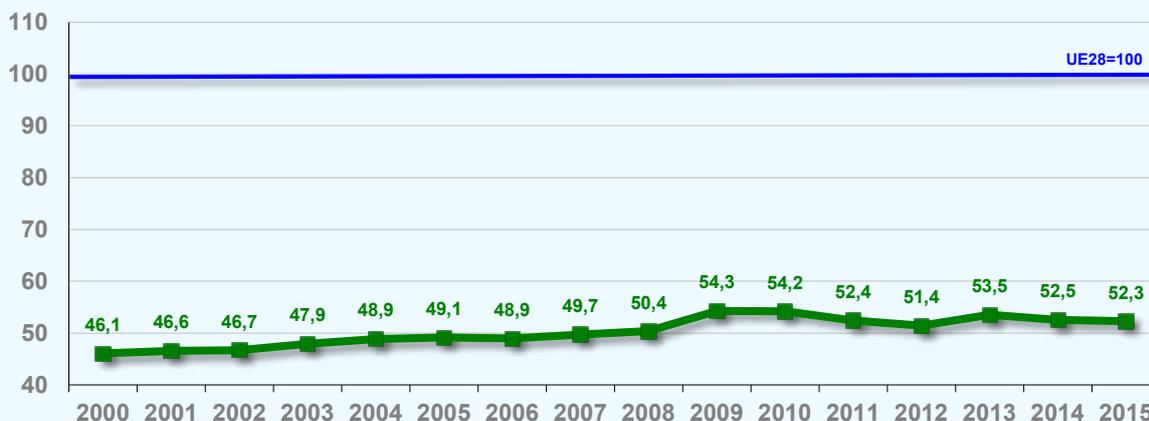
Produtividade do trabalho entre 2000 e 2015



Produtividade do trabalho na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2015



Produtividade do trabalho na Região Centro (UE28=100) entre 2000 e 2015



jan 2017



Posicionamento da Região Centro

	Produtividade do trabalho, 2015		
	milhares € por trabalhador	PT=100	UE28=100
Portugal	34,2	100,0	59,7
Norte	29,3	85,6	51,1
CENTRO	30,0	87,6	52,3
AM Lisboa	43,0	125,6	74,9
Alentejo	35,1	102,7	61,3
Algarve	35,7	104,2	62,2
Açores	33,0	96,5	57,6
Madeira	34,0	99,2	59,2

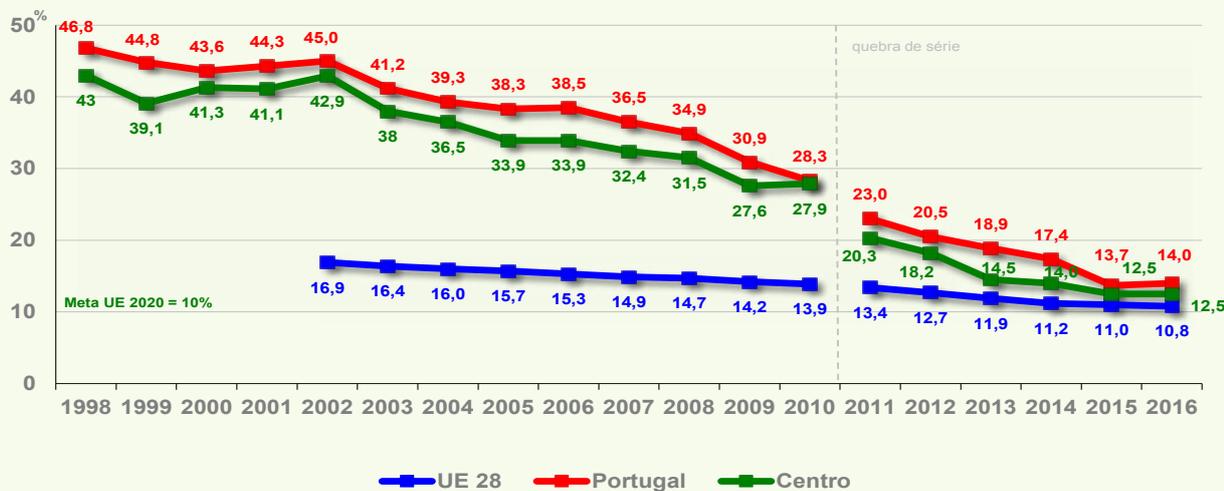
jan 2017

Em 2015, a produtividade do trabalho na Região Centro era de 30 milhares de euros por trabalhador, representando 87,6% do total nacional e 52,3% da produtividade do conjunto dos 28 países da União Europeia. Nos últimos anos, a Região Centro tem convergido para a média nacional mas divergido, embora de forma ligeira, da média europeia. O Centro mantém-se como uma das regiões portuguesas com mais baixa produtividade do trabalho.

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2014 e preliminares 2015, disponibilizados em dezembro de 2016 e extraídos pela CCDRC em janeiro de 2017) e Eurostat (dados anuais definitivos de 2000 a 2014 e preliminares 2015, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em janeiro de 2017).

Produtividade do trabalho = Valor Acrescentado Bruto/Emprego

Taxa de abandono escolar precoce entre 1998 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de abandono escolar precoce, 2016 (%)
UE 28	10,8
Portugal	14,0
Norte	14,0
CENTRO	12,5
AM Lisboa	12,2
Alentejo	13,4
Algarve	16,9
Açores	26,9
Madeira	23,2

fev 2017

Em 2016, a taxa de abandono escolar precoce na Região Centro era de 12,5%. Este valor manteve-se face a 2015, enquanto a média nacional subiu ligeiramente para os 14%. A Região Centro permanece assim como uma das regiões portuguesas com mais baixas taxas de abandono escolar precoce. Nas últimas décadas, este indicador tem registado acentuadas descidas, aproximando-se da meta estabelecida pela União Europeia para ser atingida em 2020 (10%). No entanto, apesar deste bom desempenho, a região ainda se mantém acima da média europeia.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2017) e Eurostat (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2017).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

Taxa de abandono escolar precoce = (Pop. residente entre 18-24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) / Pop.residente com idade entre 18 e 24 anos) x 100

População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior entre 1998 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, 2016 (%)	População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, Censos 2011 (%)
Portugal	34,6	28,6
Norte	31,5	25,8
CENTRO	36,6	27,7
AM Lisboa	42,3	35,8
Alentejo	24,2	22,3
Algarve	29,8	24,5
Açores	§	18,9
Madeira	27,3	25,8

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

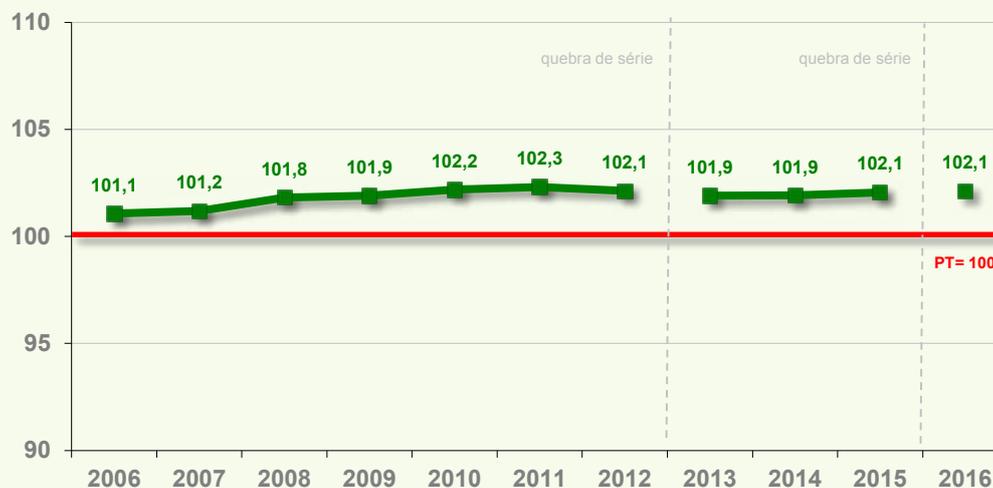
Em 2016, 36,6% da população com idade entre os 30 e os 34 anos da Região Centro tinha o ensino superior completo. Este valor correspondia a um acréscimo de sete pontos percentuais face ao ano anterior e a mais do quádruplo do registado em 1998. Com esta evolução, a região finalmente ultrapassou a média nacional. No entanto, apesar deste desempenho muito positivo, a proporção da população jovem com formação superior da Região Centro é ainda inferior à meta estabelecida pela União Europeia para 2020 (40%).

Fonte: INE (Inquérito ao Emprego: dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2017; Censos 2011: dados decenais, disponibilizados em fevereiro de 2013 e extraídos pela CCDRC em junho de 2013).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior = População com ensino superior completo entre os 30-34 anos/População entre os 30-34 anos x 100

Resultados de exames nacionais dos ensinos básico e secundário na Região Centro (PT=100) entre 2006 e 2016



Posicionamento da Região Centro

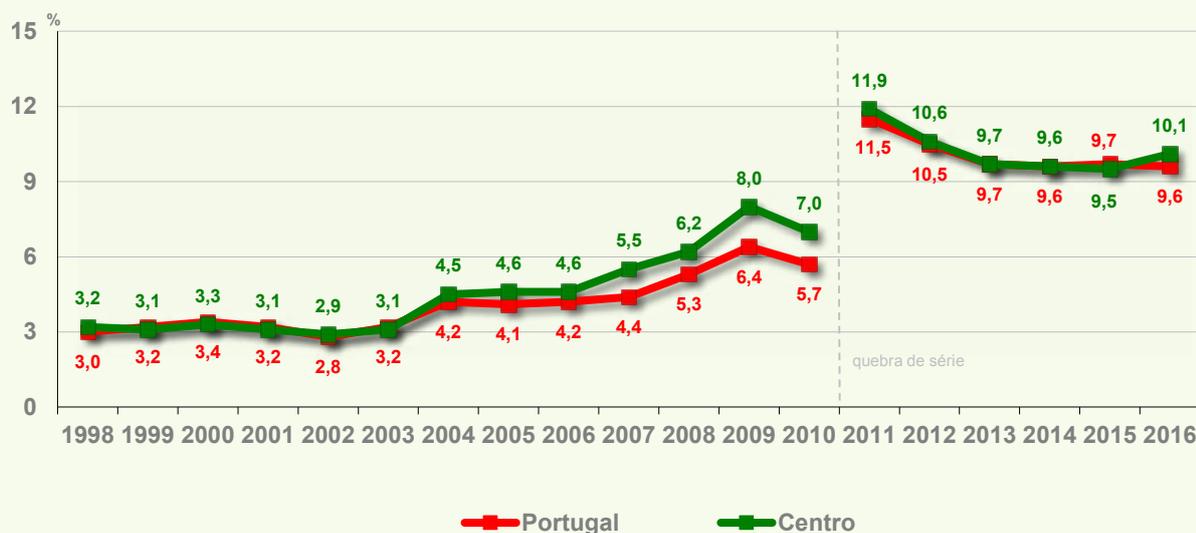
	Posicionamento face ao país nos resultados de exames nacionais (PT=100), 2016			Resultados de exames nacionais, 2016	
	Média dos ensinos básico e secundário	Ensino básico - 9º ano	Ensino secundário	Ensino básico - 9º ano (níveis 1 a 5)	Ensino secundário (0 a 20 valores)
Portugal	100,00	100,00	100,00	2,77	9,93
Norte	101,59	101,72	101,46	2,78	10,10
CENTRO	102,06	102,84	101,28	2,86	10,04
AM Lisboa	98,98	98,60	99,36	2,77	9,84
Alentejo	95,91	96,67	95,14	2,70	9,48
Algarve	96,06	95,65	96,47	2,65	9,61
Açores	89,67	86,59	92,76	2,42	9,12
Madeira	98,61	99,40	97,81	2,71	9,60

Em 2016, os alunos do 9º ano do ensino básico e do secundário de estabelecimentos de ensino da Região Centro tiveram, em média, melhores resultados nos exames nacionais do que os observados nas restantes regiões do país, tendo mantido o distanciamento face à média nacional. Este posicionamento favorável da região verifica-se tanto no ensino básico como no ensino secundário.

Fonte: Cálculos próprios a partir da Direção Geral de Educação (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2016 e extraídos pela CCDRC em janeiro de 2017).

Notas: Os valores para Portugal incluem os resultados de alunos que frequentam escolas portuguesas no estrangeiro. No ensino básico, os exames nacionais foram realizados para o 9º ano de 2006 a 2011; para os 6º e 9º anos em 2012; para os 4º, 6º e 9º anos de 2013 a 2015; e novamente apenas para o 9º ano em 2016. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

Aprendizagem ao longo da vida entre 1998 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	Aprendizagem ao longo da vida, 2016 (%)
Portugal	9,6
Norte	8,2
CENTRO	10,1
AM Lisboa	12,4
Alentejo	7,8
Algarve	8,1
Açores	6,4
Madeira	8,0

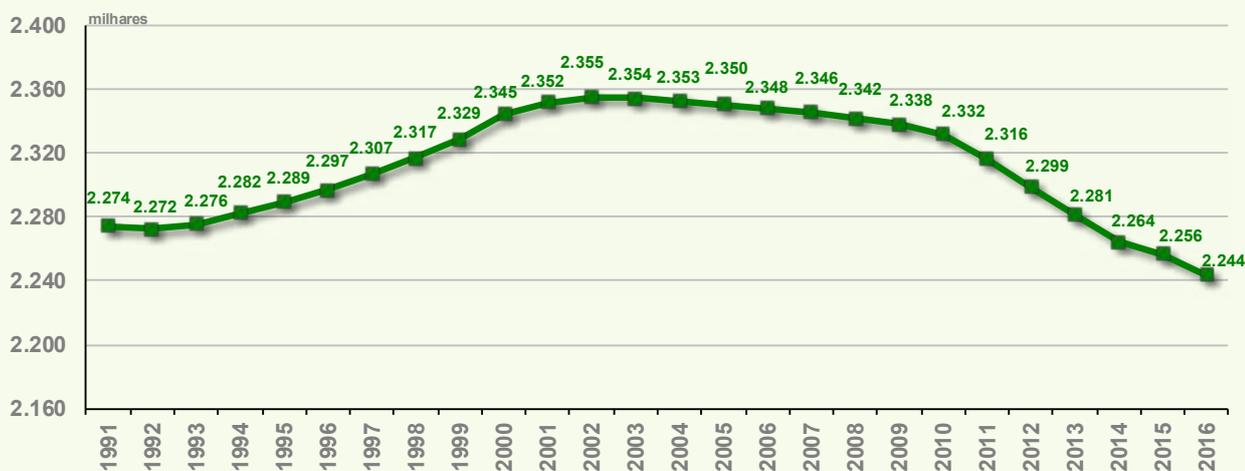
Em 2016, 10,1% da população com idade entre os 25 e os 64 anos da Região Centro participou em atividades de educação e formação. Com este valor, a região finalmente ultrapassou a média nacional e contrariou a tendência decrescente verificada nos últimos anos. Comparativamente com as outras regiões, o Centro continuava a posicionar-se em segundo lugar, depois da Área Metropolitana de Lisboa.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2017).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

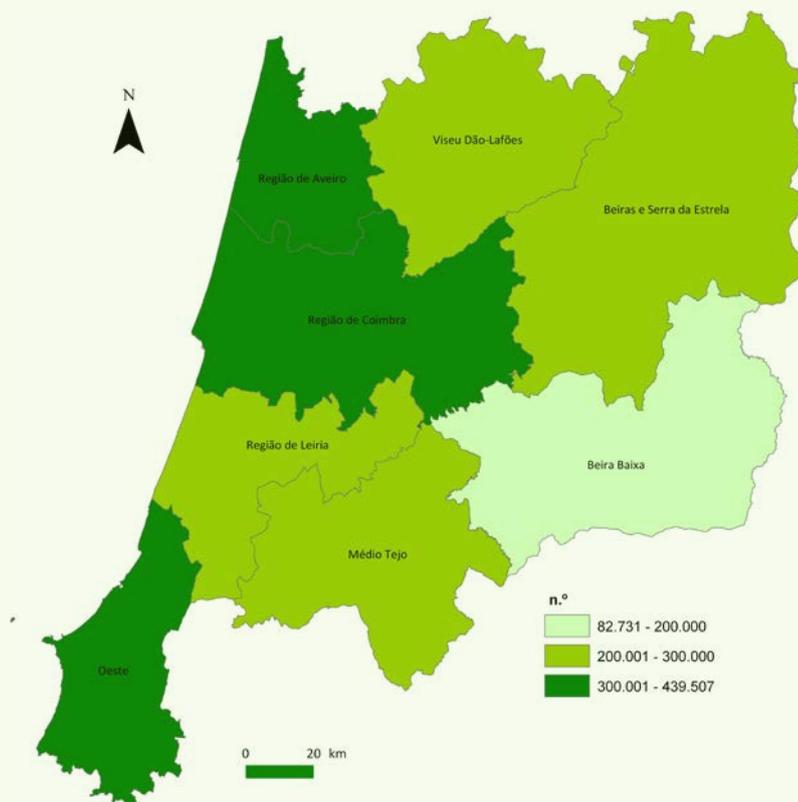
Aprendizagem ao longo da vida = População entre os 25 e os 64 anos que no período de referência participou em atividades de educação e formação/População entre os 25 e os 64 anos x 100

População residente na Região Centro entre 1991 e 2016



potencial humano

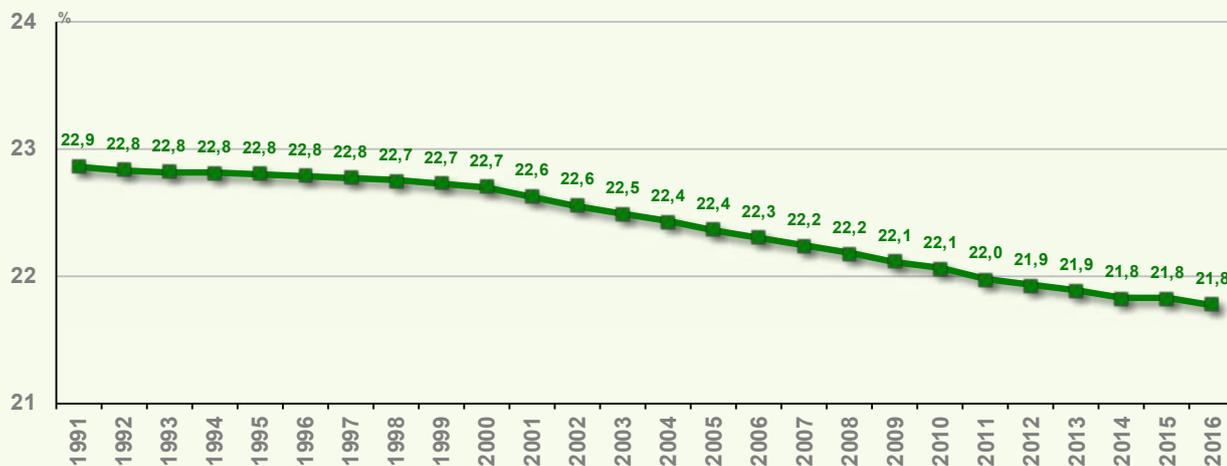
População residente na Região Centro, 2016



jul 2017



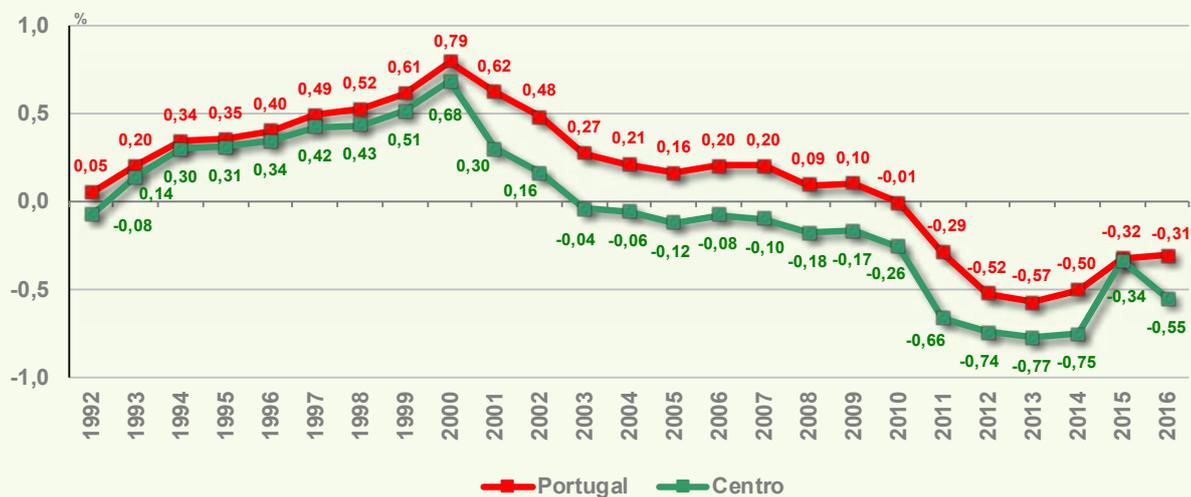
Peso da população residente na Região Centro no total nacional entre 1991 e 2016



potencial humano

jul 2017

Taxa de variação da população residente entre 1992 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	População residente, 2016		Taxa de variação da população residente, 2015-2016
	n.º	% do total nacional	%
Portugal	10.309.573	100,0	-0,31
Norte	3.584.575	34,8	-0,53
CENTRO	2.243.934	21,8	-0,55
AM Lisboa	2.821.349	27,4	0,31
Alentejo	718.087	7,0	-0,87
Algarve	441.469	4,3	-0,10
Açores	245.283	2,4	-0,20
Madeira	254.876	2,5	-0,60

A 31 de dezembro de 2016, estimava-se que residiam na Região Centro 2,2 milhões de indivíduos, o que representava 21,8% da população residente no país. O peso da população residente na Região Centro no total nacional era semelhante ao dos dois anos anteriores (os mais baixos das duas últimas décadas). As quatro sub-regiões do litoral concentravam 65% da população total do Centro, peso que sobe para os 87% se considerarmos ainda Viseu Dão-Lafões e Médio Tejo. Face ao ano anterior, a população residente na Região Centro diminuiu 0,55% enquanto, em termos médios, no país decresceu 0,31%.

Fonte: INE, Estimativas da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2017).

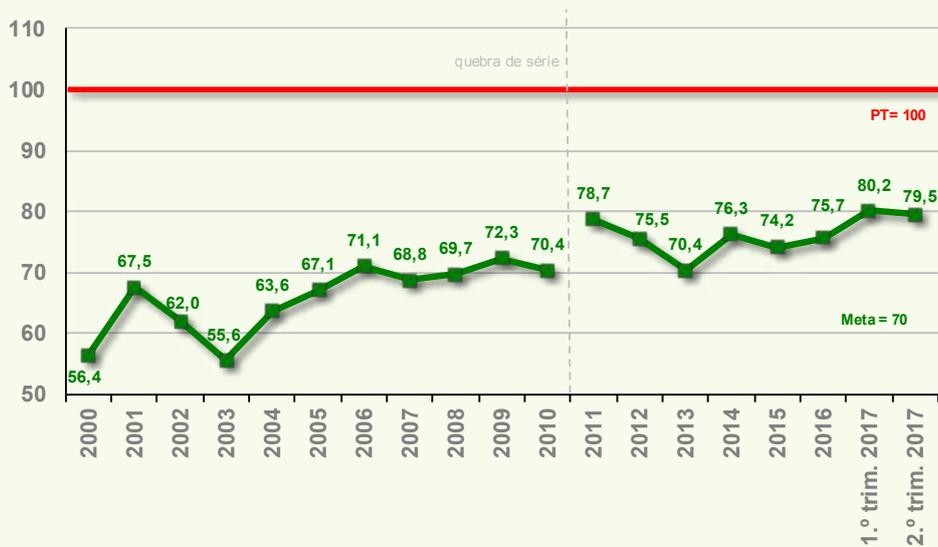
Taxa de desemprego entre o ano 2000 e o segundo trimestre de 2017



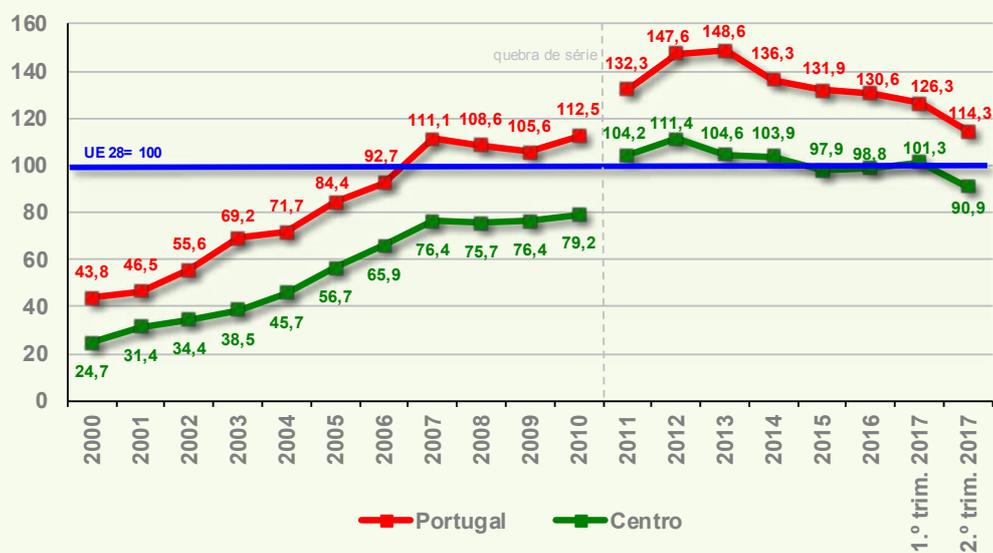
potencial humano

set 2017

Taxa de desemprego na Região Centro (PT=100) entre o ano 2000 e o segundo trimestre de 2017



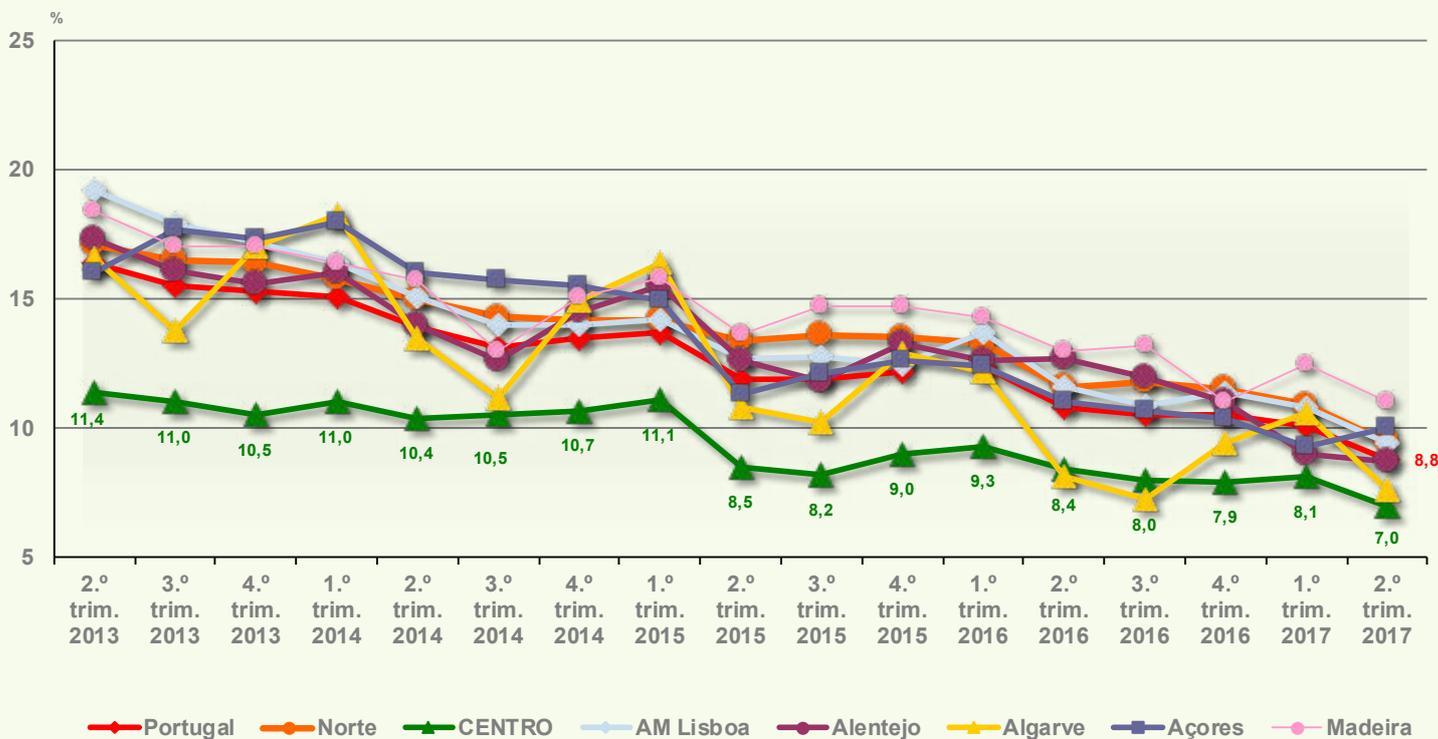
Taxa de desemprego (UE28=100) entre o ano 2000 e o segundo trimestre de 2017



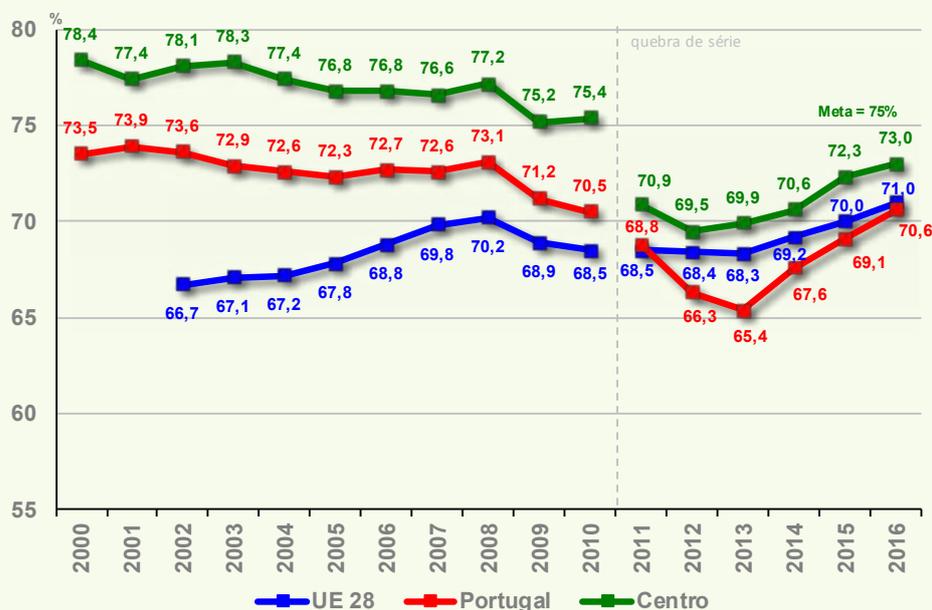
potencial humano

Taxa de desemprego trimestral por regiões NUTS II entre o segundo trimestre de 2013 e o segundo trimestre de 2017

set 2017



Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos entre 2000 e 2016



set 2017

potencial humano

Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego, 2016			Taxa de desemprego, 2.º trimestre de 2017			Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, 2016 (%)
	%	% média nacional	% média europeia	%	% média nacional	% média europeia	
UE 28	8,5	-	100,0	7,7	-	100,0	71,0
Portugal	11,1	100,0	130,6	8,8	100,0	114,3	70,6
Norte	12,0	108,1	141,2	9,5	108,0	123,4	68,1
CENTRO	8,4	75,7	98,8	7,0	79,5	90,9	73,0
AM Lisboa	11,9	107,2	140,0	9,4	106,8	122,1	72,6
Alentejo	12,1	109,0	142,4	8,7	98,9	113,0	69,8
Algarve	9,2	82,9	108,2	7,6	86,4	98,7	73,9
Açores	11,1	100,0	130,6	10,0	113,6	129,9	66,7
Madeira	12,9	116,2	151,8	11,0	125,0	142,9	66,4

No segundo trimestre de 2017, assistiu-se a uma diminuição da taxa de desemprego da Região Centro de 8,1% para 7,0%, situando-se assim abaixo da média nacional e sendo a mais reduzida do país. Em termos homólogos, verificou-se um recuo mais significativo (de 1,4 pontos percentuais). Neste trimestre, a taxa de desemprego da região foi 79,5% da média nacional e de 90,9% da média dos 28 estados membros europeus.

Em termos anuais, em 2016, a taxa de desemprego cifrou-se em 8,4%, representando 75,7% da média nacional e 98,8% da europeia. A taxa de emprego dos 20 aos 64 anos da Região Centro, em 2016, fixou-se nos 73,0%, voltando a aproximar-se da meta estabelecida pela União Europeia para 2020 (75,0%). O valor assumido por este indicador na Região Centro mantém-se superior à média nacional e europeia, sendo o segundo mais elevado entre as regiões portuguesas.

Fonte: INE (dados anuais e trimestrais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2017) e Eurostat (dados anuais e trimestrais, disponibilizados em julho e agosto de 2017 e extraídos pela CCDRC em agosto de 2017).

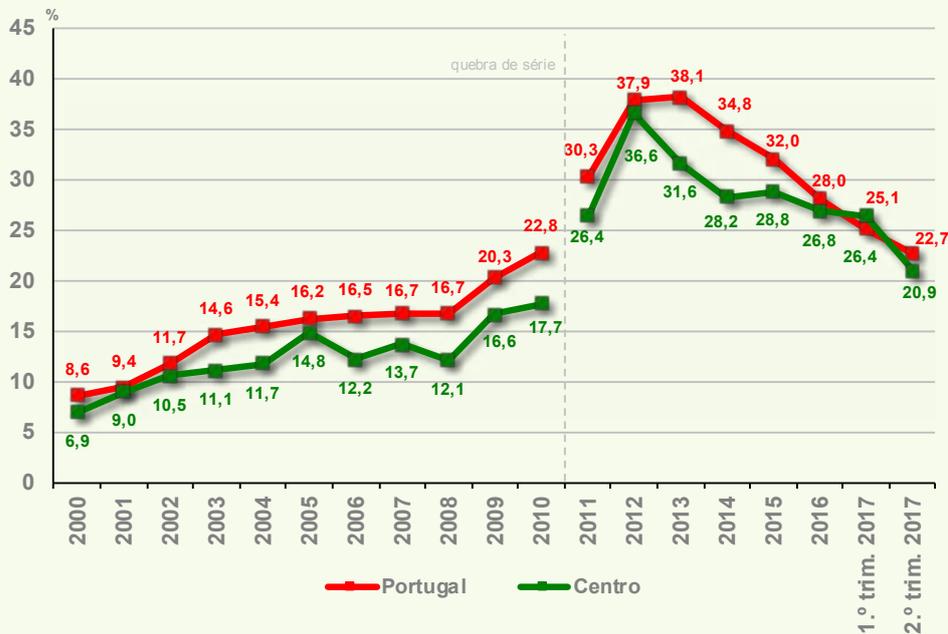
Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série). No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Taxa de desemprego = População desempregada/População ativa x 100

Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos = População dos 20 aos 64 anos empregada/População dos 20 aos 64 anos x 100

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

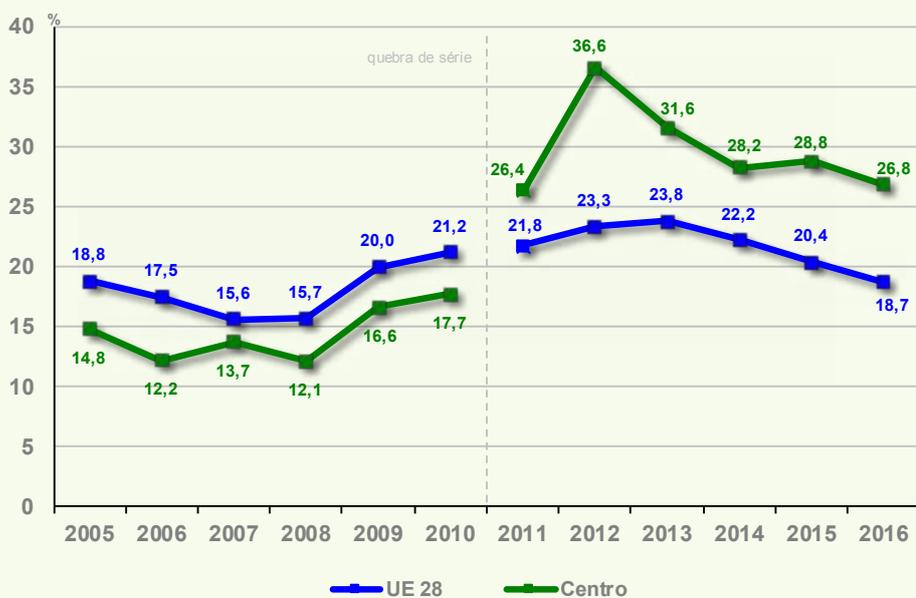
Taxa de desemprego jovem na Região Centro e em Portugal entre o ano 2000 e o segundo trimestre de 2017



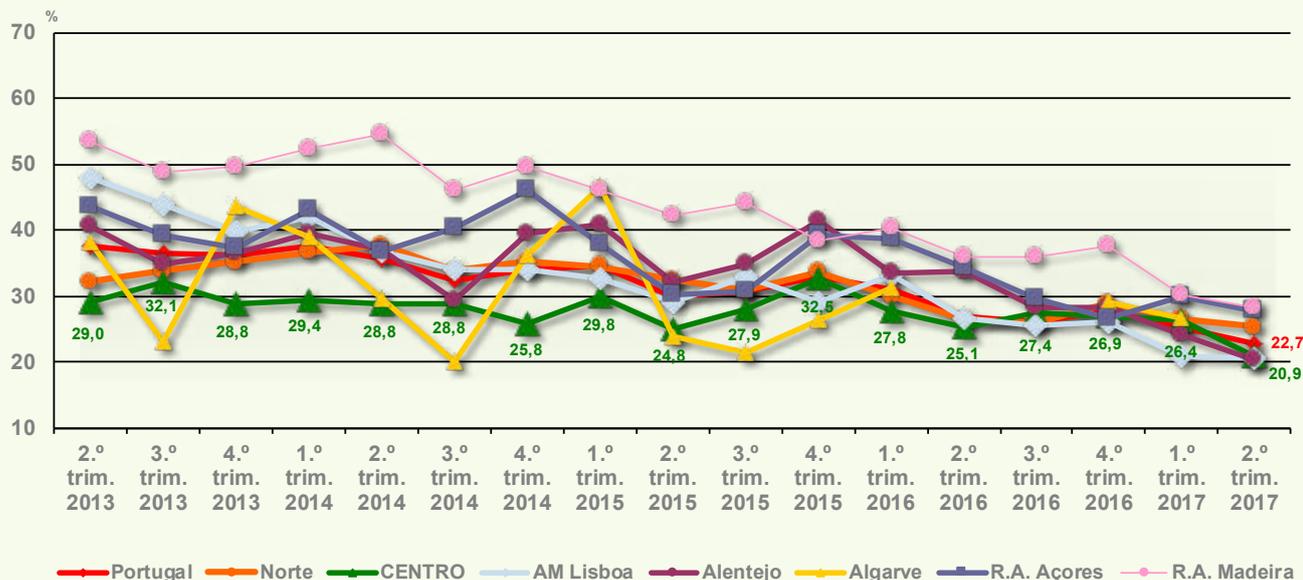
potencial humano

set 2017

Taxa de desemprego jovem na Região Centro e na União Europeia entre 2005 e 2016



Taxa de desemprego jovem trimestral por regiões NUTS II entre o segundo trimestre de 2013 e o segundo trimestre de 2017



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego jovem, 2016			Taxa de desemprego jovem, 2.º trimestre de 2017	
	%	% média nacional	% média europeia	%	% média nacional
Portugal	28,0	100,0	149,7	22,7	100,0
Norte	27,8	99,3	148,7	25,3	111,5
CENTRO	26,8	95,7	143,3	20,9	92,1
AM Lisboa	27,8	99,3	148,7	20,6	90,7
Alentejo	30,8	110,0	164,7	20,4	89,9
Algarve	23,6	84,3	126,2	§	x
Açores	32,1	114,6	171,7	27,6	121,6
Madeira	37,4	133,6	200,0	28,1	123,8

§ - Resultado com coeficiente de variação elevado
X - Dado não disponível

No segundo trimestre de 2017, registou-se uma descida da taxa de desemprego jovem na região e no país. Na Região Centro, a taxa de desemprego jovem teve uma redução trimestral de 5,5 pontos percentuais, fixando-se em 20,9%, o que corresponde a 92,1% da média nacional. Em termos homólogos, assistiu-se também um recuo significativo da percentagem de jovens desempregados na região (de 4,2 pontos percentuais).

Em termos anuais, em 2016, a taxa de desemprego jovem foi de 26,8%, representando 95,7% da média nacional. No que respeita à comparação da região com a média europeia, verifica-se que, nos últimos anos, os níveis de desemprego jovem têm-se mantido bastante acima da média dos 28 países da União Europeia, assumindo, em 2016, 143,3% da média europeia.

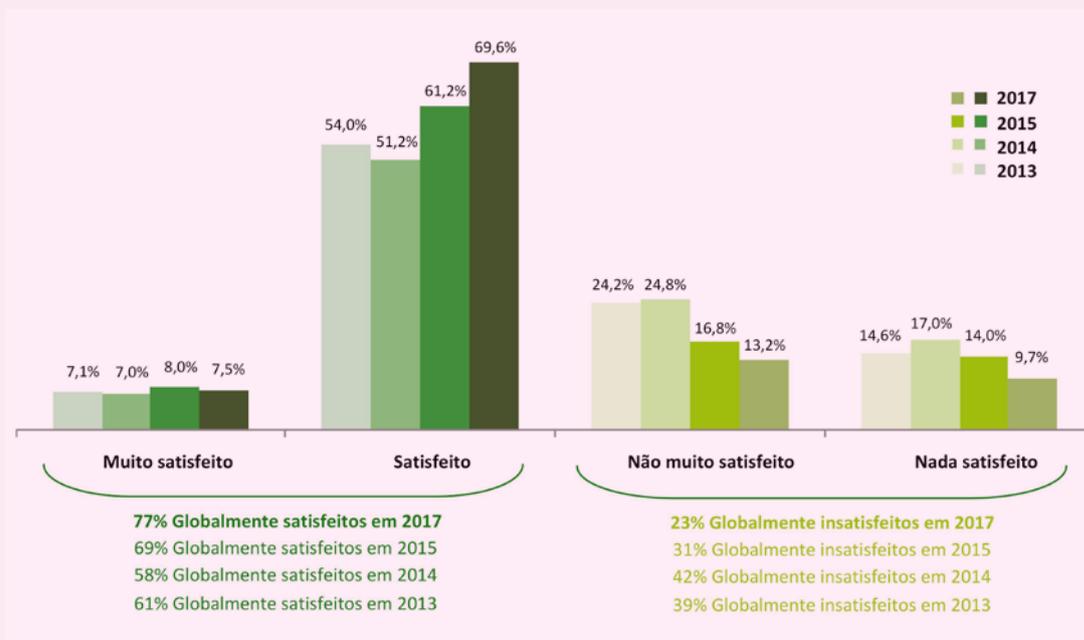
Fonte: INE (dados anuais e trimestrais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2017) e Eurostat (dados anuais disponibilizados e extraídos pela CCDRC em agosto de 2017).

Notas: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série). No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Taxa de desemprego jovem = População desempregada dos 15 aos 24 anos/População ativa dos 15 aos 24 anos x 100

Resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro

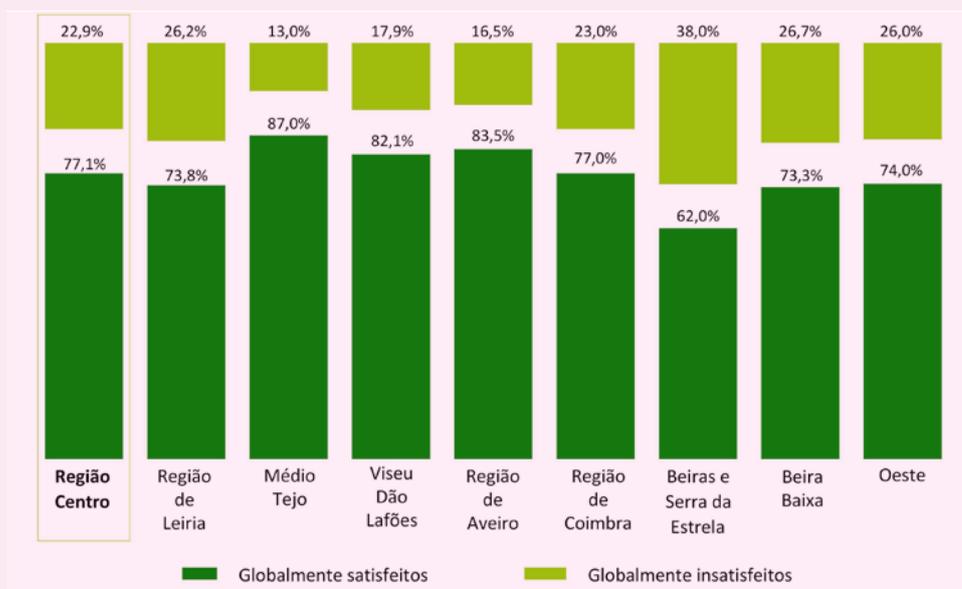
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro



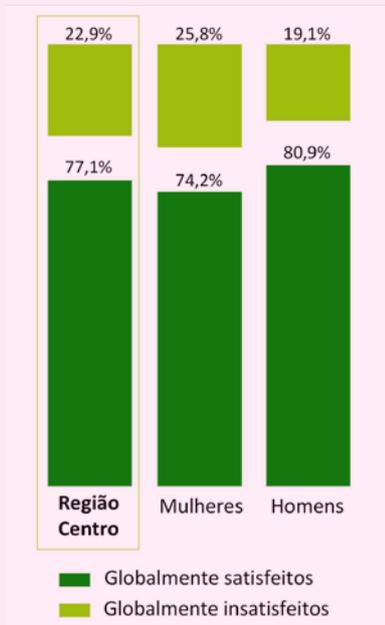
qualidade de vida

jul 2017

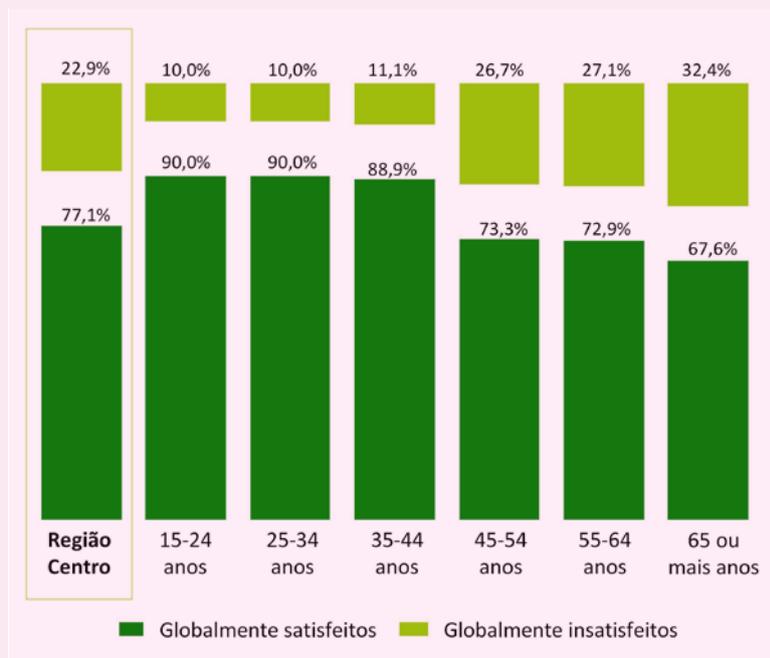
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sub-região/comunidade intermunicipal de residência em 2017



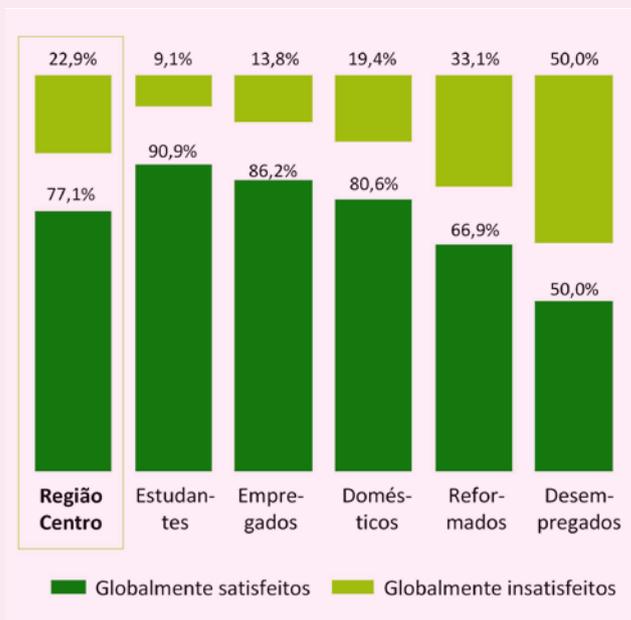
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sexo em 2017



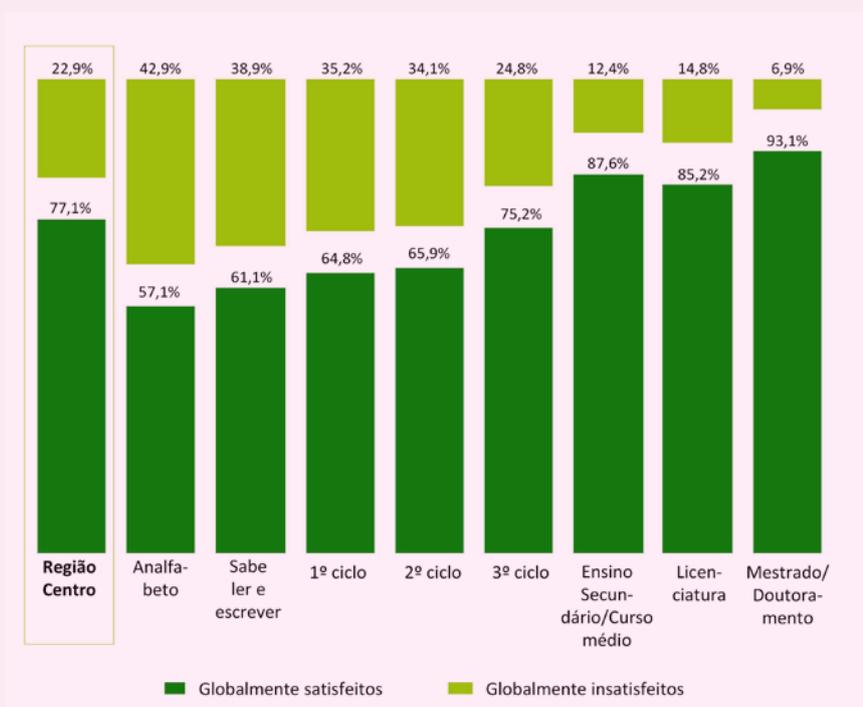
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por escalão etário em 2017



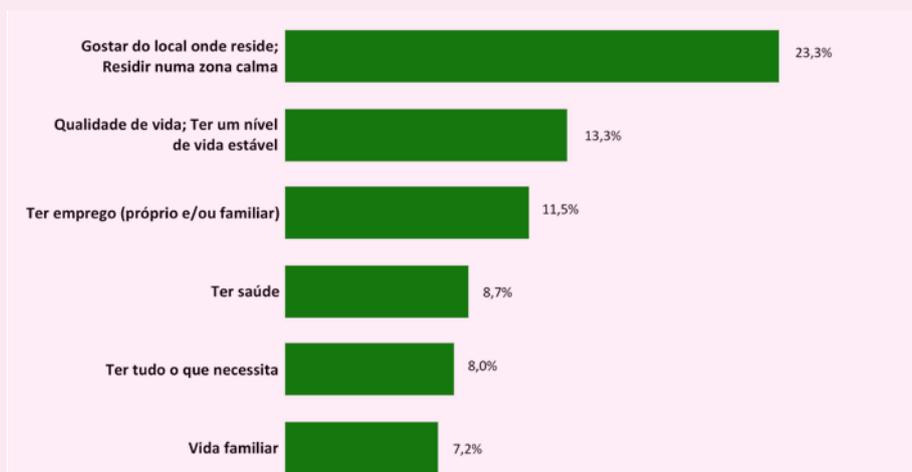
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por condição perante o trabalho em 2017



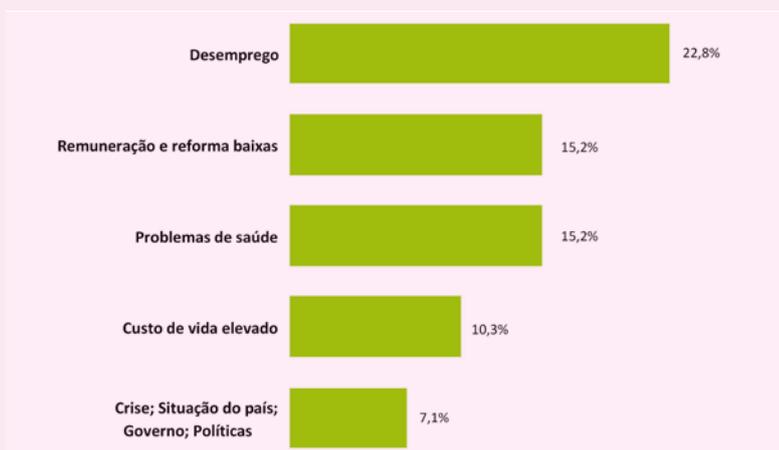
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por nível de escolaridade em 2017



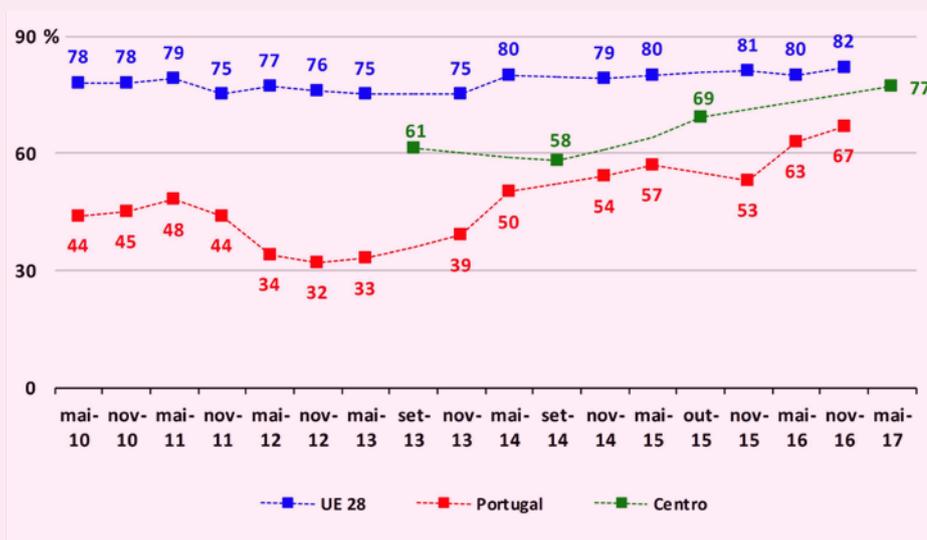
Distribuição dos principais motivos de satisfação dos inquiridos em 2017



Distribuição dos principais motivos de insatisfação dos inquiridos em 2017



Percentagem de residentes globalmente satisfeitos entre 2010 e 2017



Nota: Em novembro de 2013, a União Europeia passou a integrar 28 estados-membros.

Grau de satisfação dos residentes

	Indicador médio de satisfação		Muito satisfeito (1)		Satisfeito (2)		Não muito satisfeito (3)		Nada satisfeito (4)	
	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015
	Pontos (1 a 4)						%			
UE 28	3,02	3,01	24,0	24,0	58,0	57,0	14,0	15,0	4,0	4,0
Portugal	2,68	2,50	5,0	3,0	62,0	50,0	29,0	41,0	4,0	6,0
CENTRO	2,75	2,63	7,5	8,0	69,6	61,2	13,2	16,8	9,7	14,0
Beira Baixa	2,63	2,63	3,3	10,0	70,0	56,7	13,3	20,0	13,3	13,3
Beiras e Serra da Estrela	2,54	2,60	8,0	6,0	54,0	62,0	22,0	18,0	16,0	14,0
Médio Tejo	2,87	2,59	5,6	3,7	81,5	68,5	7,4	11,1	5,6	16,7
Oeste	2,75	2,51	11,7	9,6	62,3	50,7	15,6	20,5	10,4	19,2
Região de Aveiro	2,85	2,67	6,3	8,9	77,2	62,0	11,4	16,5	5,1	12,7
Região de Coimbra	2,73	2,63	7,0	6,2	70,0	63,9	12,0	16,5	11,0	13,4
Região de Leiria	2,67	2,70	4,9	6,6	68,9	67,2	14,8	16,4	11,5	9,8
Viseu Dão Lafões	2,86	2,73	10,7	14,3	71,4	57,1	10,7	16,1	7,1	12,5

Segundo os resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro realizado pela CCDRC, em maio de 2017, 77,1% consideraram-se globalmente satisfeitos. Dos inquiridos, 7,5% disseram-se “muito satisfeitos”, 69,6% “satisfeitos”, 13,2% “não muito satisfeitos” e 9,7% “nada satisfeitos” com a sua vida. Estes resultados evidenciam o grau de satisfação dos residentes na região mais elevado dos últimos anos. Comparando estes resultados com os da última vaga disponível do Eurobarómetro, em que a mesma questão é inquirida, verificamos que os residentes na Região Centro continuam menos satisfeitos do que a média dos cidadãos europeus, apesar de se terem aproximado, mas bastante mais satisfeitos que a média dos cidadãos portugueses. A temática do emprego continua a apresentar-se como um dos principais motivos, tanto de satisfação, como de insatisfação, referidos pelos inquiridos. No entanto, nesta vaga do inquérito a valorização do local de residência assumiu-se como o principal motivo de satisfação.

Fonte: CCDRC, Inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro; Comissão Europeia, Eurobarómetro standard.

Notas:

1) A amostra do Inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro de 2017 foi de 507 entrevistas, com um erro de 4,35 pontos percentuais para um intervalo de confiança de 95%. Foi utilizado o método de amostragem por quotas para garantir a representatividade para o total da NUTS II Centro em termos de distribuição geográfica (comunidade intermunicipal e municípios), mas também ao nível das características dos indivíduos (dimensão populacional dos lugares, género, escalão etário, telefone fixo/telemóvel e situação perante o trabalho). A amostra foi distribuída de forma proporcional à população com 15 ou mais anos de idade, verificando-se uma exceção ao nível da distribuição por Comunidade Intermunicipal, dado que foi definido um número mínimo de 30 entrevistas válidas por comunidade. O trabalho de campo decorreu entre os dias 10 de maio e 18 de maio de 2017, tendo sido utilizada a técnica de recolha por entrevista telefónica.

2) Os valores de 2015 do quadro respeitantes a Portugal e à UE28 referem-se à 84.ª vaga do Eurobarómetro (novembro de 2015); os valores relativos à Região Centro referem-se à 3.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (outubro de 2015). Já os valores de 2017 de Portugal e da UE28 referem-se à 86.ª vaga do Eurobarómetro (novembro de 2016) e os da Região Centro à 4.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (maio de 2017).

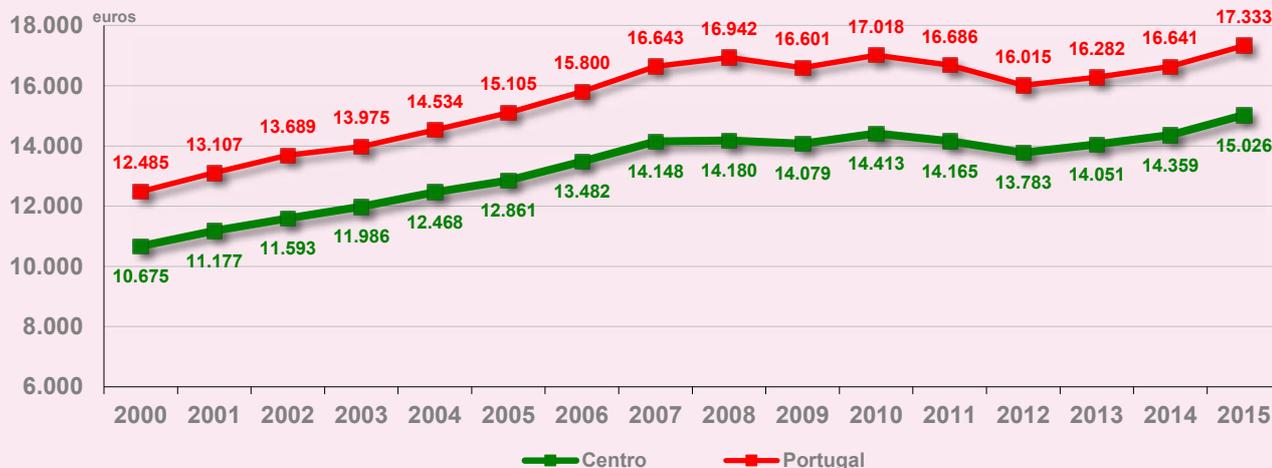
Globalmente satisfeitos: Inquiridos que respondem estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com a vida que levam.

Globalmente insatisfeitos: Inquiridos que respondem estar “não muito satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com a vida que levam.

Indicador médio de satisfação = $[4x(\text{número de inquiridos “muito satisfeitos” com a vida que levam}) + 3x(\text{número de inquiridos “satisfeitos” com a vida que levam}) + 2x(\text{número de inquiridos “não muito satisfeitos” com a vida que levam}) + 1x(\text{número de inquiridos “nada satisfeitos” com a vida que levam})] / \text{número total de inquiridos}$.



Produto interno bruto por habitante entre 2000 e 2015



Produto interno bruto por habitante na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2015



Produto interno bruto por habitante na Região Centro (UE28=100) em paridades de poder de compra entre 2005 e 2015



Dispersão inter-regional do PIB por habitante na Região Centro entre 2000 e 2015



Posicionamento da Região Centro

	PIB por habitante, 2015		
	euros	PT=100	UE28=100
Portugal	17.333	100,0	76,8
Norte	14.650	84,5	64,9
CENTRO	15.026	86,7	66,6
AM Lisboa	23.246	134,1	103,0
Alentejo	15.730	90,7	69,7
Algarve	17.786	102,6	78,8
Açores	15.383	88,7	68,2
Madeira	16.148	93,2	71,6

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante da Região Centro era de 15.026 euros, representando 86,7% da média nacional e 66,6% do valor do conjunto dos 28 países da União Europeia. Desde 2010, tem-se assistido à convergência da Região Centro relativamente à média nacional. Também em termos europeus voltou a ocorrer uma aproximação à média europeia, estando, no entanto, ainda abaixo dos valores de 2009 e 2010 (69%).

As assimetrias territoriais entre as NUTS III da Região Centro, medidas pelo desvio-padrão do PIB por habitante, voltaram a aumentar em 2015, tendo sido atingido o valor máximo da série (também registado em 2007).

jan 2017

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 1995 a 2014 e preliminares de 2015, disponibilizados em dezembro de 2016 e extraídos pela CCDRC em janeiro de 2017).

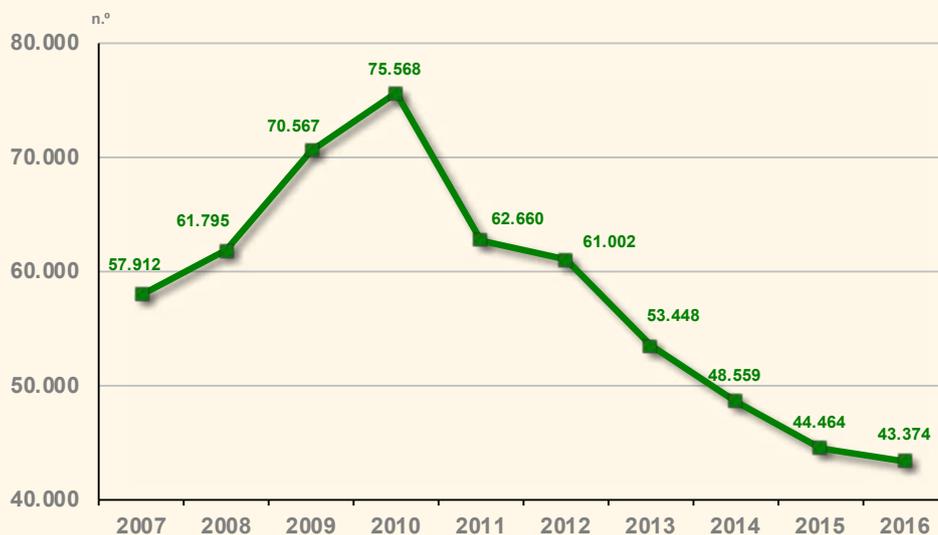
Nota: Os dados para o cálculo da disparidade face à média europeia encontram-se avaliados em paridades de poder de compra. Os restantes indicadores encontram-se avaliados a preços correntes.

Produto interno bruto por habitante = Produto Interno Bruto/População residente

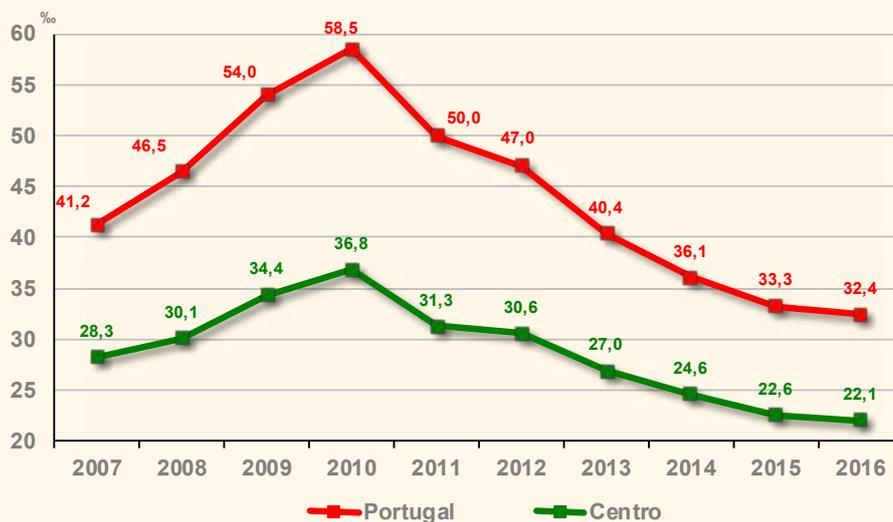
Dispersão inter-regional do PIB por habitante: Medido pelo desvio-padrão do PIB por habitante registado em cada ano nas NUTS III da Região Centro (NUTS 2013).

Desvio-padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio-padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio-padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na Região Centro entre 2007 e 2016



Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa entre 2007 e 2016



Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa na Região Centro (PT=100) entre 2007 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	Beneficiários do RSI, 2016		Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa, 2016	
	n.º	%	%	% média nacional
Portugal	287.534	32,4	32,4	100,0
Norte	112.391	36,1	36,1	111,5
CENTRO	43.374	15,1	22,1	68,1
AM Lisboa	70.412	24,1	29,7	91,7
Alentejo	22.467	7,8	35,8	110,3
Algarve	8.617	3,0	23,0	70,9
Açores	23.722	8,3	115,4	356,3
Madeira	6.319	2,2	28,9	89,3

Em 2016, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), na Região Centro, voltaram a diminuir para cerca de 43 mil, representando 15% do total de beneficiários do país. Este valor correspondia a 22,1 beneficiários por cada 1.000 habitantes em idade ativa (com mais de 15 anos), sendo o mais baixo desde o início da série em 2007. Apesar do posicionamento abaixo da média nacional, verificou-se uma ligeira aproximação à média do país, tendência que, aliás, se tem verificado desde 2012 e que apenas foi contrariada em 2015.

Fonte: INE/Instituto de Informática, I.P. (dados anuais, disponibilizados em junho de 2017 e extraídos pela CCDRC em julho de 2017).

RSI: Rendimento Social de Inserção

Notas:

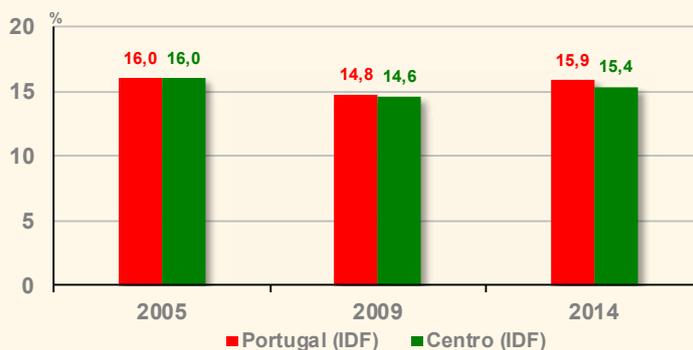
1) O total de Portugal inclui beneficiários do RSI com residência não determinada.

2) No ano de 2013 e 2014, a atualização dos dados de acordo com o código da divisão administrativa, que decorre das Leis n.º 61/2012 de 5 de dezembro, n.º 56/2012 de 8 de novembro e n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, não se encontra completa.

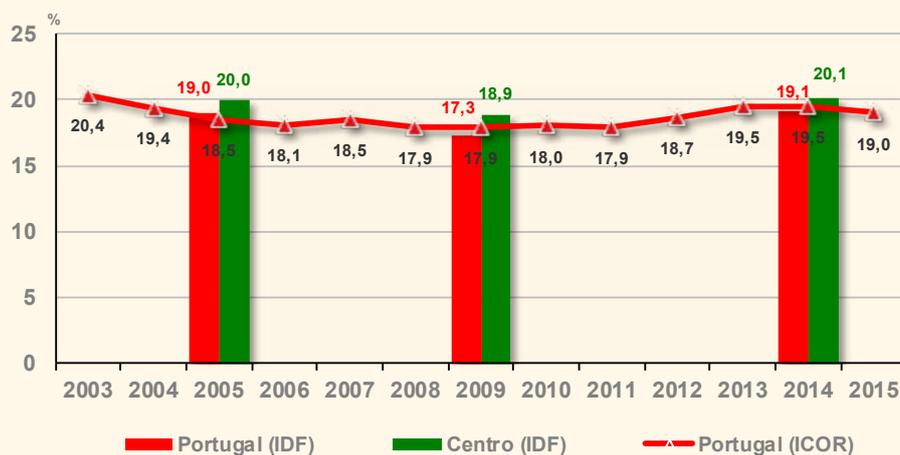
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa = Beneficiários do RSI/População média residente com mais de 15 anos x 100



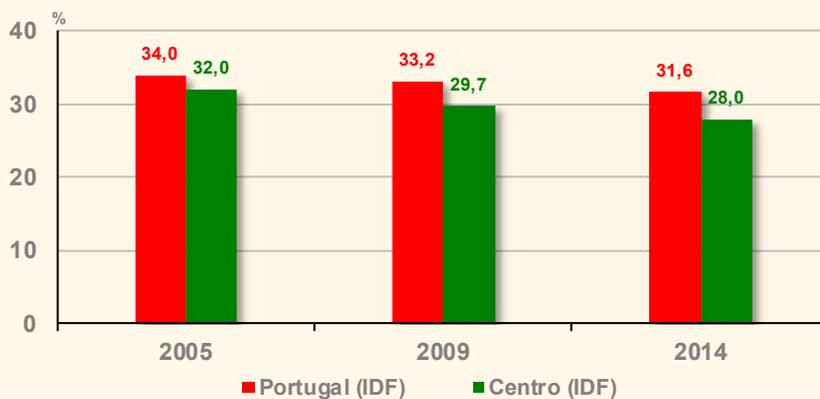
Taxa de risco de pobreza (rendimento total) em 2005, 2009 e 2014



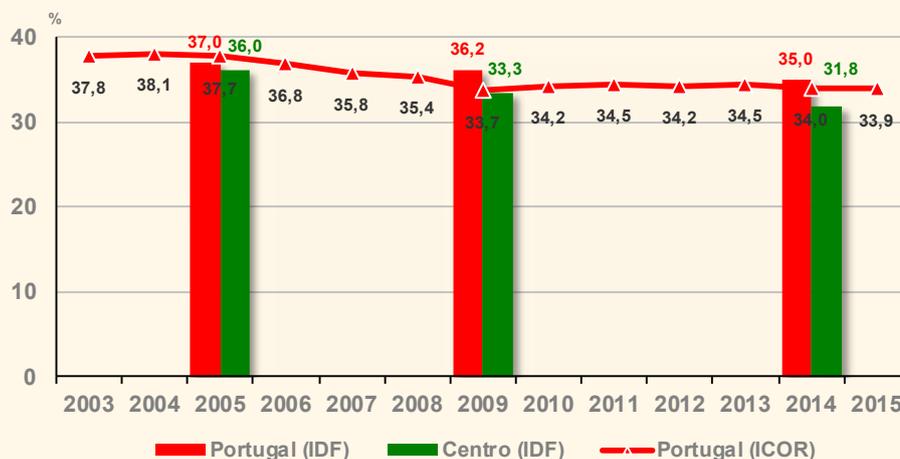
Taxa de risco de pobreza (rendimento monetário)



Coefficiente de Gini (rendimento total) em 2005, 2009 e 2014



Coeficiente de Gini (rendimento monetário)



Posicionamento da Região Centro

	Rendimento total, 2014 (IDF)			Rendimento monetário, 2014 (IDF)		
	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Rendimento líquido anual médio por agregado (€)	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Rendimento líquido anual médio por agregado (€)
Portugal	15,9	31,6	23.635	19,1	35,0	18.390
Norte	17,7	29,8	22.308	20,1	32,1	17.333
CENTRO	15,4	28,0	21.100	20,1	31,8	16.037
AM Lisboa	12,4	33,9	28.101	15,4	37,8	22.321
Alentejo	15,6	28,2	21.453	18,1	31,1	16.706
Algarve	15,6	29,4	22.412	20,9	33,5	16.650
Açores	27,5	33,8	22.874	28,3	37,3	18.077
Madeira	21,6	31,7	22.793	27,8	36,2	17.441

Nos últimos anos, tem-se assistido à redução das desigualdades na distribuição do rendimento das famílias da Região Centro, uma vez que o coeficiente de Gini tem vindo a diminuir. Em 2014, a Região Centro era aliás a que apresentava as menores assimetrias na distribuição do rendimento total, apesar de ser também a região com os rendimentos líquidos anuais médios por agregado mais baixos.

No entanto, em 2014, na Região Centro, a taxa de risco de pobreza aumentou para os 15,4%, permanecendo inferior ao conjunto do país. Deste modo, 15,4% da população da região encontrava-se em risco de pobreza por apresentar um rendimento equivalente inferior a 6.951€ (limiar de pobreza apurado para 2014). Tendo por base apenas os rendimentos monetários, verifica-se que a taxa de risco de pobreza era ainda superior (tal como nas restantes regiões), tendo atingido os 20,1%, em 2014, valor que superou a média nacional. Os rendimentos não monetários tiveram assim um importante papel na atenuação das situações de pobreza e de exclusão social da Região Centro, tendo permitido, em 2014, uma redução de 4,7 pontos percentuais (p.p.) na taxa de risco de pobreza e de 3,8 p.p. no coeficiente de Gini.

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) 2005/2006, 2010/2011 e 2015/2016 (dados quinquenais) e Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2003-2015.

Rendimento total: É composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário.

Rendimento monetário líquido: Inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social.

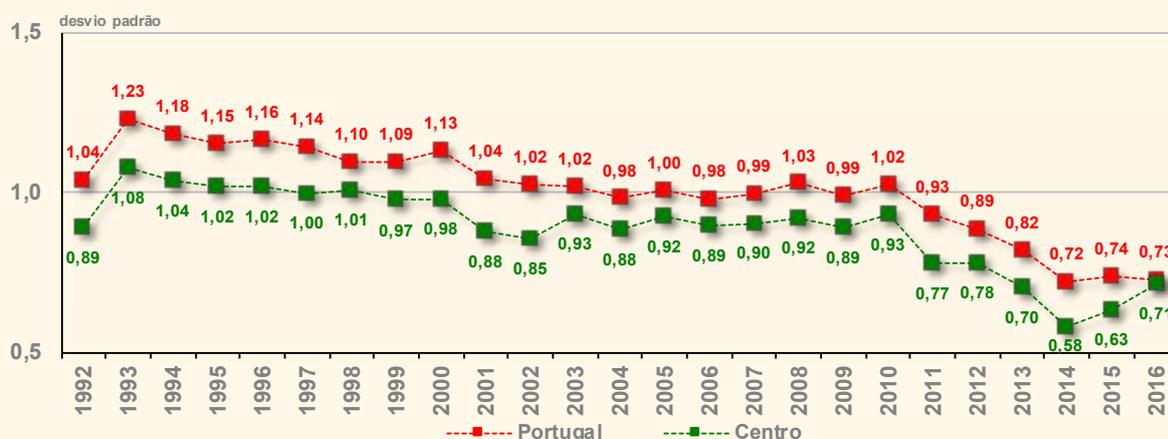
Rendimento não monetário: Coincidente com a despesa não monetária, abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.

Coeficiente de Gini: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Taxa de risco de pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% da mediana do rendimento total por adulto equivalente.

Rendimento por adulto equivalente: Resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”. “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional entre 1992 e 2016



Posicionamento da Região Centro

Taxa de variação populacional dos municípios, 2016					
	Dispersão concelhia		Máximo (%)	Mínimo (%)	Média (%)
	Desvio padrão	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)			
Portugal	0,73	0,00	1,56	-3,23	-0,80
Norte	0,56	-0,16	0,25	-2,41	-0,97
CENTRO	0,71	-0,01	1,56	-2,35	-0,81
Lisboa	0,57	-0,16	1,13	-0,68	0,33
Alentejo	0,65	-0,08	0,33	-3,12	-1,14
Algarve	0,89	0,16	0,68	-3,23	-0,45
Açores	0,39	-0,33	0,32	-1,03	-0,33
Madeira	0,47	-0,25	0,23	-1,67	-0,81

Pelo segundo ano consecutivo, assistiu-se a um aumento das assimetrias territoriais na Região Centro após um período de diminuições sucessivas, a avaliar pela dispersão concelhia da variação populacional. No entanto, o Centro continua a apresentar uma dispersão da variação da população inferior à do conjunto do país, apesar de, em 2016, se ter aproximado da média nacional.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2017).

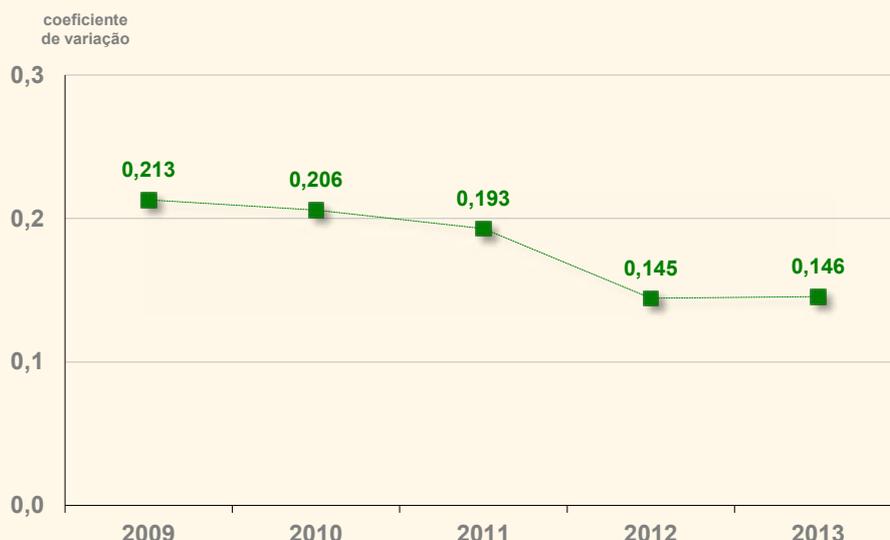
Dispersão concelhia da taxa de variação populacional: Medida pelo desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios da respetiva unidade territorial.

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional face à média nacional = Desvio padrão da taxa de variação populacional anual registada nos municípios da unidade territorial – Desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios do país

Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0, indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

p.p.: Pontos percentuais

Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante na Região Centro entre 2009 e 2013



Posicionamento da Região Centro

	Rendimento familiar por habitante, 2013						
	Dispersão concelhia				Máximo (euros)	Mínimo (euros)	Média (euros)
	Coeficiente de variação		Desvio padrão				
Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)				
Portugal	0,197	0,000	1.139,7	0,0	12.645	3.612	5.800,2
Norte	0,193	-0,004	999,2	-140,5	9.276	3.612	5.179,7
CENTRO	0,146	-0,051	846,0	-293,8	9.371	4.146	5.813,8
AM Lisboa	0,226	0,029	1.734,8	595,1	12.645	4.436	7.688,1
Alentejo	0,112	-0,084	686,1	-453,6	7.930	4.918	6.113,3
Algarve	0,107	-0,090	631,0	-508,7	7.691	4.798	5.904,6
Açores	0,186	-0,010	1.134,2	-5,5	7.961	4.041	6.085,0
Madeira	0,317	0,120	1.629,0	489,3	8.918	3.662	5.143,7

Após se ter assistido na região, nos últimos anos, a uma diminuição da dispersão concelhia do rendimento familiar relativizado pela população residente, em 2013, ocorreu um aumento muito ligeiro. Ainda assim, a dispersão na Região Centro continua bastante abaixo da média nacional.

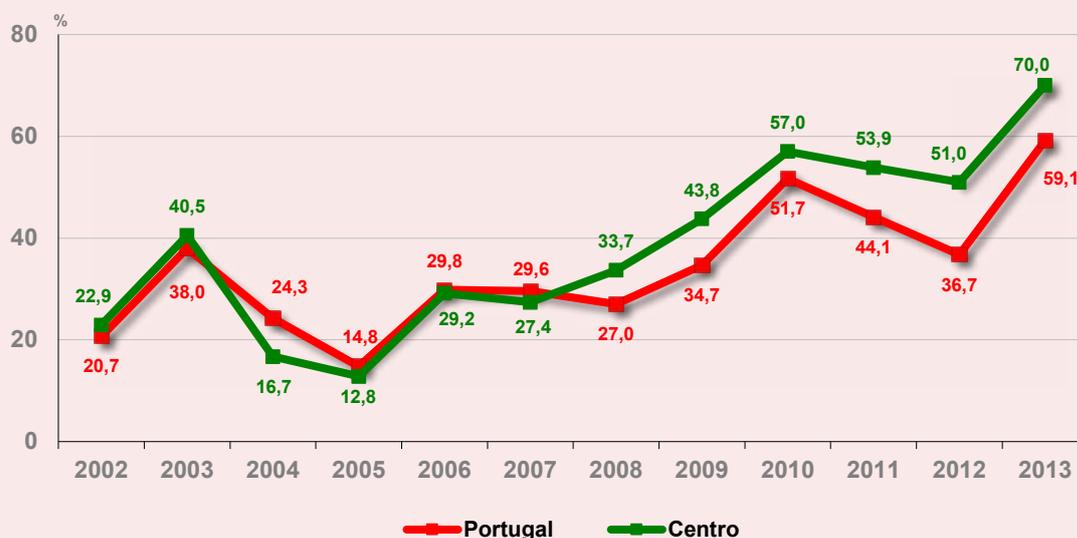
Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira (dados recebidos anualmente pela CCDRC e reportados a 10/11/2015) e INE (dados anuais, disponibilizados em junho de 2015 e extraídos pela CCDRC em abril de 2016).

Rendimento familiar por habitante = (Rendimento bruto em sede de IRS – IRS liquidado)/População média residente

Coeficiente de variação: Medida de dispersão relativa obtida dividindo o desvio padrão pela média. Quanto maior o valor do coeficiente de variação, maior é a dispersão dos dados; quanto menor o valor do coeficiente de variação, mais homogêneos são os dados e menores as assimetrias regionais.

Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica entre 2002 e 2013



sustentabilidade ambiental e energética

mar 2015

Posicionamento da Região Centro

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica, 2013 (%)

Portugal	59,1
Norte	109,0
CENTRO	70,0
AM Lisboa	2,4
Alentejo	49,5
Algarve	28,1
Açores	41,2
Madeira	23,7

Em 2013, 70% da energia elétrica consumida na Região Centro era produzida através de energias renováveis, enquanto no país este peso era de 59,1%. O aumento da importância das energias renováveis em 2013 deveu-se sobretudo ao forte crescimento da componente hídrica. O Centro era a região com a segunda maior produção de eletricidade através de energias renováveis face ao seu consumo de energia.

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE/Direção-Geral de Energia e Geologia (dados anuais, disponibilizados em fevereiro de 2015 e extraídos pela CCDRC em março de 2015).

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia = Produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica e fotovoltaica/Consumo total de eletricidade x 100

Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB entre 2005 e 2009



Posicionamento da Região Centro

Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB, 2009 (Gg de CO2 equivalente por milhões de €)

Portugal	0,49
Norte	0,41
CENTRO	0,72
AM Lisboa	0,23
Alentejo	1,93
Algarve	0,33
Açores	0,49
Madeira	0,30

Em 2009, o peso que a emissão de gases estufa assumia no Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Região Centro era superior ao valor nacional e a todas as restantes regiões do país com exceção do Alentejo. Nos últimos anos tem-se assistido a uma tendência decrescente dos valores de gases com efeito de estufa emitidos por unidade do VAB, o que traduz alterações no paradigma energético, nomeadamente a opção por formas de energia menos intensivas em carbono.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em junho de 2013 à CCDRC).

Nota: Os coeficientes para o cálculo do agregado em CO2 equivalente são os definidos pelo IPCC 1995 (Intergovernmental Panel on Climate Change) e exprimem o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada do gás em causa, relativamente a uma tonelada de CO2, para um período de vida de 100 anos: equivalente CO2 = 1 tonelada de CO2; equivalente N2O = 310 toneladas de CO2; equivalente CH4 = 21 toneladas de CO2.

VAB: Valor Acrescentado Bruto

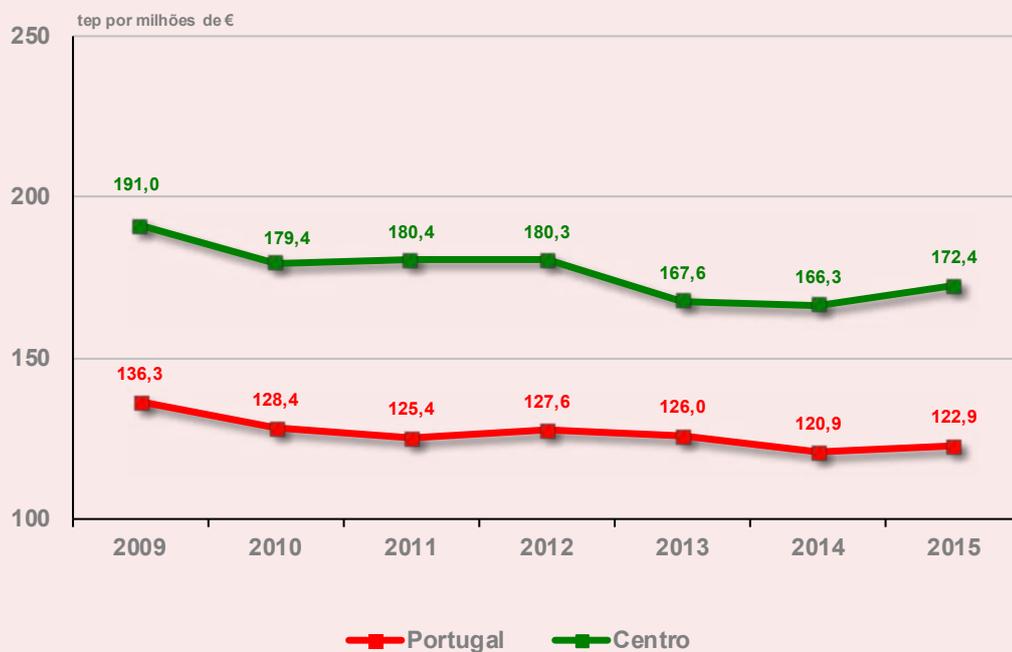
Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB = Emissão de gases com efeito de estufa (CO2 - dióxido de carbono, CH4 - metano e N2O - óxido nitroso)/VAB x 100

Gg: gigagramas

Consumo de energia primária na Região Centro entre 2009 e 2015



Consumo de energia primária no PIB entre 2009 e 2015



sustentabilidade ambiental
e energética

jul 2017

Posicionamento da Região Centro

	Consumo de energia primária, 2015 (ktep)	Consumo de energia primária no PIB, 2015 (tep por milhões de €)
Portugal	22.060	122,9
Norte	5.345	101,0
CENTRO	5.856	172,4
AM Lisboa	3.733	57,1
Alentejo	5.120	446,6
Algarve	593	75,5
Açores	340	89,9
Madeira	353	84,9

Na Região Centro, o consumo de energia primária aumentou em 2014 e 2015, após sucessivas diminuições. O consumo de energia primária regional é de 5,9 milhões de toneladas equivalentes de petróleo em 2015, o que representa 26,5% do consumo nacional. Relativamente à quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que, na Região Centro, é necessário consumir mais energia primária para produzir riqueza do que, em termos médios, no país.

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, Balanços Energéticos (dados anuais, disponibilizados à CCDRC em junho de 2017) e INE (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2016).

Consumo de energia primária: toda a energia utilizada diretamente ou a que é sujeita a transformação para outras formas energéticas. Resulta da soma das importações com a produção doméstica, retirando as saídas e variação de stocks.

Notas:

- 1) Os dados de 2014 e 2015 do consumo de energia primária são provisórios e os dados de 2014 foram corrigidos. Os dados do PIB de 2015 são preliminares.
- 2) Os valores do consumo de energia primária das regiões do Continente excluem a biomassa e resíduos industriais para a produção de calor, por impossibilidade da sua desagregação regional. Por este motivo, o total de Portugal não coincide com a soma das regiões.
- 3) Tendo como fontes de informação os produtores, importadores e grandes distribuidores de energia, no caso particular dos combustíveis derivados do petróleo, desconhece-se a distribuição provocada pelas redes de revenda, por grosso e retalho, na localização final do consumo.

tep: tonelada equivalente de petróleo



